

Diário do Legislativo de 25/05/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 28ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 29ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/5/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009; discurso do Deputado Padre João; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1; votação da Emenda nº 2; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010; discursos dos Deputados Padre João, Délio Malheiros e Weliton Prado; encerramento da discussão - Inexistência de quórum para votação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009; encerramento da discussão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Tenente Lúcio, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, tivemos oportunidade hoje à tarde de acompanhar o desdobramento da assembleia geral dos professores da rede estadual. Acompanhamos atentamente todo o trabalho. Na oportunidade, nosso Líder Deputado Padre João e os Deputados Weliton Prado, Doutor Viana e Duarte Bechir estiveram lá. Quero fazer alguns registros importantes. A assembleia geral dos professores, de forma acertada, votou soberanamente pela continuidade da greve e marcou a próxima assembleia para terça-feira, dia 25. Mais uma vez, o governo errou ao conduzir o processo de negociação. Por intermédio da Assembleia Legislativa, o governo, por meio da Secretaria de Planejamento, comprometeu-se a apresentar proposta de integração de gratificações no vencimento básico, discutindo o assunto com a comissão paritária dos professores, representados pelo Sind-UTE, e estabelecendo prazo de 20 dias. Porém, durante a assembleia, o governo não havia formulado a proposta por escrito, pleiteando, aliás, prazo superior a 20 dias, ou seja, 60 dias. Esse prazo é completamente inadequado. Se tivermos de esperar 60 dias para a formulação de uma proposta, já estaremos no período de impedimento de qualquer votação na Casa, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função da lei eleitoral. Então manter o prazo de 20 dias para o governo apresentar uma proposta por escrito é de fundamental importância. Após a deliberação da assembleia, o governo corrigiu seu erro, apresentando a proposta. No entanto já era tarde e não tinha como a assembleia avaliar a proposta. Consideramos que houve um equívoco, um erro de condução por parte do governo do Estado, e isso não ajuda nas negociações para colocarmos um bom termo à greve dos professores. Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, reafirmar que o governo do Estado quer encontrar uma saída adequada para a greve. O primeiro compromisso que ele tem de fazer é não demitir, porque já estamos ouvindo burburinhos de que o governo começará a demitir. Estamos fazendo aqui um alerta ao governo do Estado: demitir, como forma de reprimir o movimento, será muito ruim para o processo de negociação. É muito importante que o governo tenha sensibilidade e responsabilidade neste momento e que, daqui até a assembleia de terça-feira, não haja represália, não tenha demissão dos professores em greve. É importante também que o governo possa negociar tanto a reposição das aulas com o pagamento dos salários, a garantia dos postos de trabalho para os servidores, como uma proposta objetiva de melhoria do vencimento básico com base na lei nacional do piso salarial. Então fazemos esse apelo ao governo do Estado. Qualquer encaminhamento contrário a esse entendimento será de única irresponsabilidade do governo do Estado. Não nos responsabilizaremos por isso. Quero ainda dizer que estamos à inteira disposição para ajudar na negociação, o Bloco de oposição PT-PCdoB-PMDB. Uma vez aceita a proposta pelo sindicato e pela categoria, da forma da integração do vencimento básico, estaremos aqui para votá-la se houver aquiescência e concordância do movimento dos professores. Queremos também ajudar a votar os projetos que estão na pauta hoje. E votaremos os projetos se houver sinalização por parte do governo do Estado ainda hoje, durante esta reunião, de que não haverá demissão alguma por parte do governo do Estado em função do movimento grevista legítimo dos professores e professoras da rede estadual de ensino.

O Deputado Weliton Prado - Primeiramente, gostaria de parabenizar o conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais, as auxiliares de serviços gerais, que realmente estão dando uma aula de cidadania. O movimento cresce a cada dia. Há organização em todos os cantos do Estado. É muito justa a reivindicação dos servidores. A ninguém interessa a greve. Os servidores não querem estar de greve, assim como os alunos, os pais, a comunidade escolar, ninguém. O governo deve ter sensibilidade; ele tem de colocar a mão na consciência. É impressionante o número de servidores que estão participando do movimento. A cada mobilização, o número aumenta. Já é um movimento histórico, jamais visto no nosso Estado, uma mobilização muito grande. Só o governo não quer ver. Fica aqui nosso apelo ao Governador de Minas Gerais para que ele tome um posicionamento, o mais rápido possível, e resolva o problema. Foi prometido que seria implementado um piso, então os servidores querem esse piso salarial e não que pisem neles. Isso eles não aceitarão. Não adianta vir com ameaça, perseguição, chantagem; não adianta querer cortar ponto, demitir, assédio moral. Isso não é aceitável no Estado Democrático de Direito. Os servidores têm todo o direito de reivindicar seus direitos, têm todo o direito de manifestar, de se mobilizar para que uma lei seja cumprida. A partir do dia 1º de janeiro, essa lei deveria estar em vigor, e quem não está cumprindo a legislação é o governo do Estado, portanto ele deve ser responsabilizado. A lei existe para ser cumprida e respeitada, e o piso nacional deve ser implementado: são R\$1.312,00 para os servidores da educação. O governo criou uma série de penduricalhos e paga salário-base menor que o salário mínimo, cria gratificações, desconta isto e aquilo, é uma bagunça; no final das contas, o servidor está sem aumento há mais de 10 anos. Com esse aumento de 10%, em alguns casos os professores terão redução no salário. Os servidores pagam Ipsemg e não têm direito ao atendimento à saúde. Os servidores estão massacrados, humilhados, mas de cabeça erguida, com muita energia, muita garra, muita ousadia e muita consciência, exercendo sua cidadania, fazendo tudo dentro da lei. Temos de reconhecer que a tendência do movimento é só crescer. Fica aqui nosso apelo ao governo do Estado. Não aceitaremos, de maneira alguma, qualquer tipo de perseguição ou assédio. Minha proposta é que se vote o projeto dos servidores do Judiciário, atendendo reivindicação do Serjusmig, do Sindojus e do Sinjus, que é luta antiga: a data-base dos servidores. Votem o projeto dos servidores e travaremos a pauta, não votaremos mais nada. Obstrução total e legal, paralisa-se tudo. Enquanto não se tratar com respeito e dignidade nossos servidores, paralisaremos tudo. Estamos no nosso direito como Oposição, e esse é instrumento que temos para ajudar o governo do Estado a solucionar esse problema. A greve, como disse, não agrada nem atende ninguém. Com previsão orçamentária que deve chegar a quase R\$50.000.000.000,00, uma das maiores economias do País, o Estado ter coragem de pagar menos de um salário mínimo para o servidor é uma vergonha, um absurdo, uma humilhação. Não admitiremos, não aceitaremos. Trouxe contracheque de servidor que recebe salário-base de R\$245,00. Com todo o tempo de serviço, recebe R\$487,00. Menos de um salário mínimo, depois de mais de 20 anos de trabalho. Não admitimos isso, e tenho de concordar com a manifestação dos servidores. O governo tem de abrir o olho e ficar atento ao que está acontecendo. O movimento é muito forte, os servidores estão se mobilizando e se organizando mais a cada dia, em todos os 853 Municípios. Dados do sindicato mostram que mais de 70% da categoria estão mobilizados, 220 mil servidores ao todo, que recebem salário de fome, que mal dá para sobreviver e pagar suas necessidades básicas, como água e energia elétrica. Para finalizar, comemoro mais uma vitória: a decisão do Supremo em relação ao fim da Cofins e do PIS na conta de luz. Entraremos com ação no Estado para que este efeito seja imediato em relação à Cemig. Cortar os impostos federais, PIS e Cofins da conta de luz imediatamente, não apenas da energia elétrica, mas da telefonia. Isso significará redução em torno de 7% para os consumidores, tanto da energia elétrica quanto da telefonia. É grande vitória. Parabéns servidores. Continuem com a luta. Sem luta, não há vitória. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos aqui para fazer a comunicação de luta de muitos anos pela estrada federal que liga Januária à Bahia, passando por Itacarambi, São João das Missões, Manga, Montalvânia e Cocos. Essa estrada vem sendo prometida há muito tempo e nunca é feita. A situação é de desespero. Hoje se leva cerca de 5 horas de Montalvânia a Manga, que são quase

70km de distância. Percebendo que as coisas não aconteciam, estivemos, no ano passado - eu, os Deputados Márcio Reinaldo e Humberto Souto, os Prefeitos Quinquinha, de Manga; Padre Zé, de Montalvânia; José Nunes, de São João das Missões; Toninho Marinho, de Juvenília; Bila, de Miravânia; Rudimar, de Itacarambi -, com o José Alencar, que estava ocupando o cargo de Presidente em exercício. Ele telefonou para o Exército, responsável para fazer o projeto, que estava engavetado. O José Alencar exigiu que o projeto fosse feito o mais rápido possível. Quase um ano depois, ele ficou pronto, e as licitações estão em andamento. Hoje à tarde, eu e os Deputados Márcio Reinaldo e Humberto Souto; os Prefeitos Quinquinha, de Manga; Padre Zé, de Montalvânia; e Toninho Marinho, de Juvenília; o representante do Prefeito José Nunes, de São João das Missões; e o Vice-Prefeito de Manga, todos estivemos com o Ministro Paulo Sérgio Passos, que ficou indignado e ligou para o DNIT para que as ordens de início das obras, no trecho licitado, sejam dadas o mais rápido possível. Aliás, foi licitada também a reforma da estrada pelo período de cinco anos. Como o projeto da estrada de Itacarambi, passando por São João das Missões, até Manga ainda não está pronto - em praticamente oito anos de governo, nem esse projeto ficou pronto -, vamos tentar cascalhar as estradas. A empresa vencedora fará essa melhoria, a fim de que as pessoas possam transitar, pois está impossível se locomover ali. O comércio está acabado, como também as ambulâncias. É uma situação dramática. O Ministro Paulo Sérgio recebeu-nos - eu, os Deputados Márcio Reinaldo e Humberto Souto, e os Prefeitos - com muita cordialidade. Ele ligou para o DNIT e exasperou-se pela demora e pela dificuldade dessas obras. Continuamos com a esperança de que o governo federal, depois que o José Alencar entrou na luta, inicie o asfaltamento dessa estrada federal, a BR-135. Se demorar muito, as chuvas chegarão e aí vai mais um Presidente sem que a obra tenha sido iniciada. O Paulo Sérgio informou a todos que está preparando uma agenda para o lançamento das ordens de início das obras. Provavelmente no dia 14, no máximo no dia 21, as ordens serão dadas, e a população de Manga, Montalvânia e Juvenília poderá voltar a transitar nessa estrada federal, onde os buracos impedem que as pessoas exerçam a vida, o comércio, a saúde e a educação com dignidade. Então essa é mais uma etapa do trabalho de Arlen Santiago, do Prefeito Quinquinha, Padre Zé, dos Deputados Márcio Reinaldo e Humberto Souto, e principalmente do José Alencar, que tem sido um grande parceiro nessa luta para que o governo federal não esqueça daquela região. Portanto deixo uma mensagem para o povo de Manga, de Montalvânia e daquela região: não descansaremos um minuto enquanto não conseguirmos fazer com que o governo federal cumpra com a sua missão de atender à população com as obras daquela estrada federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Gostaria apenas de restaurar algumas questões históricas. O governo Aécio Neves, o governo do PSDB, com toda a sua base aliada, com os seus apoiadores, mudou a história que conhecíamos antes deste governo. O servidor público recebia em sete chamadas. Meus pais são servidores públicos. No governo do PMDB e do PT, eram sete chamadas para o servidor público receber o seu salário. Mas isso mudou no governo do PSDB. Em alguns momentos, foi adiantado o 13º salário dos servidores. Foram enviadas para esta Assembleia Legislativa todas as carreiras dos servidores do Estado. Não podemos aceitar que este é um governo que não trata bem os servidores, pois trata, sim, com respeito. Quanto ao que veio para a Assembleia Legislativa em relação aos servidores de outros Poderes, a Assembleia Legislativa e o próprio Poder Executivo tiveram atenção com as carreiras também de outros Poderes, como temos aqui hoje a da Justiça. Já esperávamos ter votado esse projeto, que tem o apoio do PSDB, tem o apoio do governo. É importante também dizer que os aumentos concedidos no governo do PMDB-PT foram por lei delegada. O governo do PMDB-PT enviou para a Assembleia Legislativa pedido de delegação para conceder aumento, diferentemente do governo do PSDB. Este enviou para a Casa para ser discutido, como deve ser. Naquela época, o PSDB, na oposição, afirmou que deveria ser enviado para a Casa. Então, é importante dizer que, quando foi dada a delegação, um professor ficou com R\$180,00 e um Soldado, com R\$900,00, só que temos 15 mil soldados e 300 mil professores. Vamos aqui restaurar a verdade nesta noite sobre o que era o governo do PMDB e do PT. Deputado Domingos Sávio, Líder, é importante também dizer que acompanhamos os entendimentos do governo, intermediados pelo Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, com os líderes da greve, em alto nível. Com a Beatriz, que preside, era outra história, porque ela conversa, assim como a Renata Vilhena, Secretária de Planejamento. Vemos claramente que estamos indo para o entendimento. Não é o que ouvimos aqui - os adoradores do caos, adoradores da catástrofe. Entendemos que a conversa e o entendimento fazem parte da democracia. Espero que o governo chegue a um acordo com os professores, com a liderança, assim como esperamos que o governo federal chegue a um acordo com o Ibama, cuja greve é um caos. Cidades estão sendo prejudicadas com a greve. Agora se inicia a greve da Polícia Federal, com as pessoas paradas nos aeroportos. Nós não adoramos o caos, nem falamos sobre isso aqui. As pessoas estão sofrendo. Apesar das manifestações do governo federal de que não tem conversa, de que não tem entendimento, esperamos que estejam com esse segmento do funcionalismo federal para chegar a um acordo, como aqui no Estado estamos conversando. É importante colocar isso. Por fim, gostaria de dizer que, diferentemente do que foi dito aqui, Cofins e PIS não são impostos, são contribuições. E fica tudo com o governo federal; não vem um centavo para Minas Gerais. E receita própria do governo federal. Ele não distribui aos Estados, não distribui aos Municípios. Fica naquele bolo que o governo federal tem hoje. Só destina para o servidor 30% de tudo o que arrecada. Está sobrando. E qual é a participação do governo federal em Minas Gerais? Zero. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, quero também trazer uma palavra de esclarecimento, primeiramente porque, na semana passada, participei da reunião buscando construir um entendimento. E vou continuar com uma palavra de busca do entendimento, primeiramente em respeito a todos os professores e servidores, porque achamos legítimo. É preciso que todos busquemos unir forças para uma valorização dos servidores, quando há uma manifestação de greve, ainda que tenha sido julgada pela Justiça como ilegal - aí é uma decisão da Justiça -, mas ainda assim não se pode faltar com o respeito ao servidor, o que esta Casa jamais fez. E o que também não é justo, não é bom, especialmente para a educação, para os professores, é que algumas pessoas venham usar a greve politicamente. Uma coisa é a legitimidade do movimento. Uma coisa é respeitarmos o professor, os educadores, e entendermos que é preciso haver uma união de esforços para uma remuneração justa, a fim de conseguirmos avanços. Outra coisa é ficar pregando o caos. Realizamos esforço, e as coisas estavam avançando para o entendimento. Primeiro conseguimos intermediar o diálogo entre os dirigentes sindicais do Sind-UTE. A Beatriz, a Marilda e outras lideranças que lá estiveram, também a Secretária Renata Vilhena, abriram canal de diálogo. Foram discutidas questões essenciais, por exemplo, que não houvesse nenhuma demissão nem corte de salário, mas folha complementar, já que algum corte foi feito, porque o ponto não foi registrado; que fosse elaborada folha complementar e feita reposição de aula, o que é importante para o aluno não ficar prejudicado; que houvesse comissão bipartite, com representantes dos servidores e do Executivo, em número igual, para entrarmos em entendimento e mandarmos o projeto para a Assembleia o mais rápido possível, para entrar em votação; até mais, que o governo contribuisse para que o Judiciário não multasse o sindicato. Tudo isso foi discutido. Ao contrário de quem busca pregar o entendimento, algumas pessoas querem botar veneno, confundindo os servidores da educação. Citarei duas coisas que estão sendo usadas de maneira maldosa para confundir o servidor da educação. Uma delas é dizer que Deputados da base do governo - inclusive eu, mas não estou falando apenas em meu nome -, cerca de 40 Deputados teriam votado contra o aumento para os professores. Essa é atitude antiética, desleal, não é verdadeira. O projeto do Governador que propõe aumento para os servidores, não só da educação, mas para todos os servidores, recebeu apoio unânime desta Casa. É lógico que emendas feitas de maneira demagógica, são inconstitucionais, só atrasariam a vida de todos, porque não surtiriam resultado algum. Por serem inconstitucionais, não foram aprovadas. Isso não significa rejeitar aumento, pois não resultariam em nada; pelo contrário, poderiam gerar aumento zero, pois, se aprovadas, seriam nulas, e só aprovaríamos o que a Constituição permite, que é o aumento que vem do Executivo. Já expliquei isso, mas estou reiterando a explicação, porque os demagogos continuam insistindo na demagogia, mas não estão satisfeitos com essa demagogia. Agora farei outro esclarecimento. Reuni-me com professores neste fim de semana, em Carmo da Mata, Divinópolis e outras cidades aonde fui, e alguns professores me disseram que há pessoas dizendo que o reajuste para os professores será zero, porque darão com uma mão e tirarão com a outra. Darão o reajuste que depois será descontado na VTI. Disse-lhes que havia acompanhado a votação do projeto, e este projeto de 10% de reajuste para o professor não será deduzido na VTI, porque há artigo no projeto dizendo que o aumento não será descontado na VTI. Os professores estavam com aquela ideia na cabeça, porque alguém foi lá e os enganou, para jogá-los politicamente contra o governo. Volto a dizer, uma coisa é reconhecermos que o salário do professor está longe do ideal e é preciso melhorá-lo; outra coisa é dizer mentira para o professor, dizer que o Deputado Domingos Sávio votou contra aumento. Mentira, isso nunca aconteceu. Dizer que o aumento não existirá é mentira. Haverá reajuste, que não será descontado na VTI. Deixamos alerta, pois, quando o governo federal votou o piso nacional, se estivesse com boa-vontade para dar aumento justo, o governo do PT teria deixado claro que aquele reajuste, para piso de pouco mais de R\$1.300,00, valeria para 20 horas, 24 horas, para quantas horas fossem. Mas não, ele disse que era para 40 horas. Isso está gerando confusão não só em Minas, mas também em outros Estados. O governo de Minas alega que, ao votar R\$935,00 como piso de remuneração para 24 horas, está cumprindo seu papel. Pagar piso de R\$935,00 para 24 horas é mais do que R\$1.300,00 para 40 horas. O governo do Estado alega isso, porque o governo federal não foi claro, a votar sua lei. Poderia ter votado lei federal que, de fato, melhorasse o salário para todos os professores e não deixasse essa dúvida, essa polêmica que está chegando às Prefeituras também. Temos de melhorar a lei federal e também as leis nos Estados e nos Municípios, principalmente para aumentar o salário dos professores, mas não com demagogia. Não podemos alimentar uma greve a qualquer preço, com interesses eleitoreiros. Ela traz sofrimento para o professor, para o aluno, para todo o mundo. Não quero que se encerre a greve sem os professores terem um ganho. Por isso também estou contribuindo para abrir um canal de diálogo com o governo. Encerro, Sr. Presidente, dizendo que vamos continuar insistindo em que o governo não faça demissões, em que se mantenha numa posição de diálogo, mas que os professores também não se deixem levar por algumas lideranças partidárias que querem botar fogo na questão,

apagar incêndio com gasolina. É preciso ter prudência, senão o prejuízo é de todos: do professor, do aluno, da sociedade. Temos de manter diálogo neste momento e assegurar que essa comissão elabore uma proposta justa e a envie para a Assembleia ainda este ano, pois, com certeza, todos votaremos favoravelmente, já que queremos salários melhores para todos os educadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero apenas esclarecer algumas questões. Estamos discutindo o governo atual. Não se pode discutir o passado. Quem olha para o retrovisor costuma trombar. Temos, portanto, de olhar para frente. Estamos vivendo uma greve que, infelizmente, Domingos Sávio, não acaba. Disse isso ao Mauri Torres, que é meu amigo. Além de fazer discurso, preocupo-me com a situação do Estado, até porque governo é tudo igual. Se amanhã o governo for o PMDB, e já foi do Itamar, já foi do Eduardo Azeredo, é tudo a mesma coisa; as dificuldades, os problemas são os mesmos, mas muda, às vezes, o foco. O que está ocorrendo com essa greve é falta de diálogo. Foi o que disse hoje ao Deputado Mauri Torres. Estão levando para o Governador Anastasia que não há greve. Esse é o grande erro que estão cometendo: dizem que somente meia dúzia de escolas está de greve, que ela não atingiu quase nada. Esse tem sido o erro, o equívoco. É isso que precisamos discutir. Essa greve está indo longe demais, aliás, já foi longe de mais, por falta de diálogo. Podem dizer que houve lei delegada na época do Itamar. Houve mesmo. Quem mais trabalhou com lei delegada foi o governo Aécio Neves, aliás, com a minha participação, quando fui Presidente desta Casa. Por princípio, eu era contra delegação de leis. Tivemos a oportunidade de dar ao Governador Aécio Neves uma lei delegada, que foi muito usada e, depois, demos outra. Mas acho que esse não é o problema, pois era uma questão de momento. Até entendi depois, falando com o Governador, que, para fazer uma pequena ou uma grande reforma administrativa, era mais rápido fazer por lei delegada. Talvez não atingisse os objetivos que se desejavam, porque lei delegada, geralmente, é feita por técnicos que não têm sensibilidade política. Agora, sensibilidade política está faltando quanto a esse movimento de greve. Querem jogar a culpa para o passado, dizendo que o Itamar deu aumento por lei delegada. Isso não resolve nada. O que resolve é o momento atual. Essa greve está sendo prejudicial aos professores, aos alunos, ao Estado, que não deixa de se desgastar, que tem de gastar mais com a imprensa, porque tem de continuar a mordida e a censura, pois ela não noticia a greve, não deixa noticiar, nada sai, a não ser pela TV Assembleia. Essa greve está tomando um rumo complicado. Se o governo vier com essas ameaças, cumprir essas ameaças de demissão, não sabe a consequência que advirá. Tenho a certeza de que toda a categoria ficará solidária aos que receberem essa punição. É a mesma coisa que condenar um grevista, um revolucionário ou quem quer que seja à pena de morte. Para eles a perda do emprego é uma pena de morte. Isso não será possível o governo segurar, pelo sentimento que vimos hoje da parte dos professores. Ao conversar com eles - recebi vários -, mostrei-lhes esse equívoco, pois disseram que os Deputados votaram contra. Não houve nada disso. O que houve foi um erro da Assembleia Legislativa, da Liderança do governo, que não explicou o processo daquela votação que fizemos, votando de qualquer jeito, uma verdadeira correria. Talvez tenha faltado um pouco de explicação. O que está faltando, Presidente, é dizer ao Governador Anastasia a verdade. Agora ele é o Governador, pois até então era o gerente do governo; agora está blindado. Mas ser blindado faz parte do processo. Estão levando informações para ele que não são reais, as mesmas que tentam passar para a população. Dizem que ele não precisa preocupar-se, pois está tudo sob controle. Parece-me até aquele filme a que assistimos na época do Governador Eduardo Azeredo, quando a polícia começou o movimento de greve, e alertávamos para o fato de que ele tinha de ser abafado. Levaram o assunto ao Governador, que disse que o Comando da Polícia estava com a tropa na mão, que estava tudo sob controle, e deu no que deu, até mesmo com a morte de um policial. É isso que precisamos discutir, e a Assembleia tem papel importante nessa mediação. Precisa realmente entrar gente com capacidade de diálogo, de enxergar mais à frente os problemas políticos que podem surgir, para que essa greve tenha ponto final. E que não seja ponto final com consequências graves para o próprio governo, porque, se houver demissão, Sr. Presidente, não sei o que acontecerá. Espero que tenhamos competência, tranquilidade, serenidade, para tratar desse assunto, que é muito sério. Temos de mostrar ao Governador que não é apenas meia dúzia de escolas que se encontra de greve. Se fizermos levantamento hoje, constataremos que mais de 60% das escolas de Minas estão em greve, o que tem de ser levado em consideração. O desprezo pela greve pode ter consequências graves, não só políticas, mas também administrativas.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, serei breve. Aqui estou para dar satisfação quanto a nosso posicionamento de obstrução, embora reconhecendo que houve esforço do governo em reabrir a negociação com os servidores, com os trabalhadores da educação. O Sind-UTE enviou pauta para a Secretaria, e a contraproposta chegou hoje, depois das 13 horas, porém totalmente equivocada. Não era aquilo que tinha sido acertado na mesa de negociação. A própria Renata havia oferecido 20 dias para o grupo de trabalho. Na proposta, vieram 60 dias. Quando o Sind-UTE e o Líder do Governo, Mauri Torres, conseguiram se acertar, já havia ocorrido a assembleia do Sind-UTE. Somente depois é que chegou a proposta do Líder do Governo, acertada com a Secretária Renata Vilhena. Estou dizendo isso porque este Projeto nº 3.858 também é de interesse do governo. Este fundo permite ao governo do Estado celebrar convênio com o governo federal e obter recursos. Creio que seja talvez o único recurso que entra para moradia. Sabemos que a Cohab constrói moradias, mas a origem do recurso é federal. Por isso tomamos este projeto como obstrução. Qual é o entendimento com o governo, aqui e agora, nesta noite? Tão logo a assembleia aprovou, votou a continuidade da greve, houve ligação da Secretaria de Planejamento e Gestão, dizendo que amanhã retomaria as demissões. Qual foi o entendimento aqui, nesta noite? O compromisso com nosso Vice-Líder Luiz Humberto Carneiro, em contato com o Líder do Governo, é de que não haverá demissões até a realização da próxima assembleia geral dos trabalhadores da educação.

Então é esse o acerto desta noite, ou seja, a não retomada das demissões, porque a Secretaria, no final da tarde, disse que retomaria as demissões amanhã. É nesse entendimento que o Bloco PT-PMDB-PCdoB, com o Luiz Humberto Carneiro e o Líder Mauri Torres, retoma os trabalhos e a votação desse projeto, que encaminhamos favoravelmente, porque entendemos que moradia digna é essencial e é dever do Estado garanti-la a todos os mineiros. O déficit habitacional em Minas é ainda um escândalo. Por isso, mais uma vez, a Oposição, o Bloco PT-PMDB-PCdoB vota favoravelmente, para contribuir com o aumento da moradia no Estado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.858/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/1994, e dá outras providências - altera dispositivos legais que disciplinam a empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.144/2010 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, serei breve, não usarei mais que 3 minutos. Este é outro compromisso do Bloco PT-PMDB-PCdoB, mas,

na verdade, há também o compromisso do Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho. Quando foi retirada emenda ao projeto que garantia a recomposição salarial em 10,14%, ele se comprometeu a fazer reunião com o Desembargador Sérgio Resende para corrigir o vício de iniciativa. O Desembargador, então, mandaria para esta Casa uma mensagem, que, convertida em projeto de lei, garantiria essa recomposição. Houve reunião com os próprios servidores, houve esse compromisso, mas até hoje não recebemos nada do TJ que garanta essa recomposição de salário.

É muito importante o que votaremos aqui, encerrando-se esta discussão, que é a fixação da data-base. Mas isso é muito pouco para esses trabalhadores e essas trabalhadoras. Na verdade, não está havendo reajuste pela perda que tiveram com a inflação. Assim a recomposição é justa, e existe entendimento sim; esta Casa mediou o entendimento entre os servidores e o TJ. Aliás, houve compromisso, por escrito, do Desembargador autorizando-o.

Naquele momento se viu por bem não votar para corrigir o vício de origem, mas sim na expectativa, se ele pode garantir, assinado, autorizando. Foi somente com essa autorização que o Presidente da Comissão de Administração Pública, Deputado Délio Malheiros, acolheu, retirando a retroatividade a janeiro, mas acolhendo a recomposição em 10,14%. Foi nesse entendimento que avançamos e votamos o projeto em 1º turno. Então julgamos importante. Parabenizamos pela luta dos trabalhadores do Sindojus, Sinjus e Serjusmig. A união dos três sindicatos é muito importante, e foi o que garantiu um pouco de avanço. Houve a sinalização concreta dos Desembargadores, porém não efetivamos isso ainda. Mas a efetivação dessa recomposição salarial é indispensável.

Parece-me que o Deputado Délio Malheiros inscreveu-se para manifestar. Entendemos a importância de se encerrar a discussão tão logo o Presidente da Comissão de Administração Pública também se pronuncie, garantindo assim votar esse projeto na reunião extraordinária de amanhã, às 9 horas. Esse é o nosso compromisso.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado **Délio Malheiros**.

O Deputado Délio Malheiros* - **Presidente José Henrique, sobre o que o Deputado Padre João aqui disse, nós assinamos em baixo. Houve um debate exaustivo desse projeto na** Comissão de Administração Pública, em que se concluiu sua aprovação com o acréscimo de uma emenda que tinha chancela do Presidente do Tribunal de Justiça. Posteriormente o Tribunal disse que não concordaria com a retroatividade dos 10,14% de reposição a partir de janeiro de 2010. Foi então que, numa medida combinada com aquele Tribunal e acertada, aceitamos votar o projeto em 1º turno, excluindo do mesmo tal acréscimo de 10,14%.

No dia de hoje, na condição de Presidente da Comissão de Administração Pública, solicitei a nossa assessoria que marcasse visita com o Presidente do Tribunal de Justiça, e que aquele órgão agendasse uma visita da nossa Comissão, completa, se Deus quiser, junto aos sindicatos. Isso porque vamos cobrar que aquele tribunal encaminhe a esta Casa o projeto tratando da reposição salarial de 10,14%. Esperamos que o Tribunal, mesmo com a nova Presidência, do Desembargador Cláudio Coelho, cumpra o compromisso de encaminhar a esta Casa um projeto tratando do reajuste, ou melhor, da recomposição - termo técnico - de 10,14% para todos os servidores. Vamos cobrar, vamos insistir, e tenho certeza absoluta de que o compromisso feito com esta Casa será cumprido, que aquele Tribunal nos receberá e brevemente encaminhará a esta Casa essa lei específica, que é objeto da luta dos trabalhadores, de um acordo com eles, e que, enfim, eles tenham essa justa e merecida recomposição salarial.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado **Weliton Prado**.

O Deputado Weliton Prado* - **Quero saudar a todos e a todas. Eu não poderia, de maneira alguma, deixar de me expressar aqui. Muitas vezes vemos a base, os servidores de todas as categorias criticarem o sindicato, seus representantes. Então é importante fazer aqui essa justiça, porque, se estamos avançando no Projeto nº 4.389, o projeto da data-base dos servidores, isso é muito pela mobilização dos sindicatos. Creio que, se não houvesse a mobilização dos sindicatos, muitas vitórias que a categoria teve ao longo dos últimos anos não teriam ocorrido, tenham certeza disso. Lógico que houve boa vontade, houve participação dos Deputados, da base do governo, da Oposição, do Bloco PT-PMDB-PCdoB. Temos contato de forma permanente, mas é fundamental a representação sindical, que realmente não mede esforços para defender os servidores.**

Isso tem que ficar realmente bem pontuado, porque, às vezes, as pessoas estão na base e não acompanham o dia a dia dos representantes do sindicato, que batem de gabinete em gabinete, param no corredor, conversam com um parlamentar ou com outro, vão às Comissões, telefonam, organizam as coisas. As pessoas que estão no interior, muitas vezes, não têm a menor noção do trabalho de representatividade dos sindicatos. Eles de fato exercem um papel fundamental.

Mais uma vez, parabeno o Serjusmig, o Sinjus e o Sindojus. Essa mobilização de vocês em defesa dos servidores é vital. E olhem que é uma luta muito difícil. Vocês conhecem a complexidade em relação ao Tribunal de Justiça, há os egos, não é fácil. O sindicato tem muita firmeza e determinação em defender seus servidores.

Encaminho favoravelmente à aprovação do projeto da data-base. Espero que os compromissos sejam honrados, que amanhã votemos o projeto em 1º turno e que o Tribunal envie a esta Casa uma lei específica que garanta o pagamento dos 10,14% aos servidores, pois é um direito já adquirido por eles, mas é necessário haver a sua chancela, a aprovação pela Assembleia Legislativa. Espero que aproveemos também o 3º grau para os Oficiais de Justiça, pois o ADE é uma luta antiga, e que o Tribunal garanta o pagamento retroativo a janeiro. O auxílio-periculosidade para os Oficiais de Justiça também é outra luta antiga, que, infelizmente, não sai do papel. Espero que possamos aprová-la nesta Casa o mais rápido possível também.

Falando em servidores, não poderia deixar de mencionar os servidores da educação, reconhecendo todo o empenho da categoria, que luta bravamente, com muita coragem, determinação e ousadia pela implementação do piso nacional para a classe. Os servidores da educação chegaram a um ponto em que não há como piorar mais: recebem menos que um salário mínimo como salário-base. Os servidores conseguiram garantir uma unidade, como jamais visto antes no nosso Estado. É impressionante a organização da categoria. A cada assembleia, o movimento cresce mais; a cada perseguição, a cada ameaça, os servidores, em vez de ficarem encurralados, com a cabeça baixa, partem para cima. Cortar o quê? Já recebem uma miséria. Os servidores não aceitam nenhum tipo de perseguição.

Aliás, esse é um dos motivos pelos quais estamos encaminhando a votação. E vamos votar os projetos da pauta com o compromisso de não se demitir nenhum servidor. Se alguém for demitido, podem ter certeza de que o caldo vai engrossar e a coisa vai esquentar. O nosso posicionamento, que encaminhamos para o Bloco PT-PMDB-PCdoB, é de obstrução total e legal. Ou o governo respeita os servidores, ou esta Casa para, e com legitimidade, porque foi assumido um compromisso. Trata-se de uma lei federal, o piso tem de ser implementado, é direito dos servidores. Queremos que o governo cumpra a sua palavra, honre o que foi ajustado e garanta o cumprimento de uma lei federal. Os servidores não querem nada de mais, desejam apenas que a legislação seja cumprida. O servidor não tem como sobreviver recebendo menos de um salário mínimo.

Gostaria de agradecer e encerrar a discussão do Projeto nº 4.389, a data-base dos servidores, parabenizando os sindicatos Serjusmig, Sindojus e Sinjus pela mobilização e firmeza em defesa da categoria. Um abraço!

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que já não há mais quórum para votação, mas que há para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria em fase de discussão e persistindo a falta de quórum para votação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 19, às 9 horas, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Gil Pereira e Neider Moreira; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues, Weliton Prado e Délio Malheiros; votação do projeto; aprovação - Registro de presença - Declarações de voto - Questão de ordem - Inexistência de quórum para votação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010; encerramento da discussão - Questões de ordem; discursos dos Deputados Weliton Prado e Carlin Moura; questão de ordem - Inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalcleber Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 3.858/2009 e 4.144/2010, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gil Pereira, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 4.057/2009 e 4.389/2010 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Neider Moreira, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 3.730/2009 e 4.194/2010 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência suspende a reunião por 3 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.057/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, o tempo já é reduzido e o projeto está em caráter de urgência, portanto terei apenas 5 minutos para encaminhar. E o faço para alertar o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, que existe um acordo com os servidores do Judiciário e que esse acordo prevê não um reajuste, mas uma recomposição salarial de 10,14%, como as demais carreiras já obtiveram. O Poder Executivo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa já deram reajuste; apenas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais está deixando de fazer a recomposição salarial dos seus servidores.

Então, Sr. Presidente, vamos votar esse projeto favoravelmente. Aliás, o requerimento do pedido de votação foi feito por este Deputado e conta com o apoio de toda a Casa. Não é possível que o Desembargador Sérgio Resende irá deixar o Tribunal com essa dívida com os servidores. Quero fazer um apelo para que o Desembargador Sérgio Resende envie a esta Casa um projeto de lei, de apenas um artigo, que fale da recomposição salarial de 10,14% dos servidores judiciários.

Sr. Presidente, não é possível que todos os demais poderes e órgãos receberão recomposição salarial, e o Tribunal de Justiça deixará seus servidores sem essa recomposição. Fizemos um acordo; permitimos até que o projeto que tratava da criação das duas câmaras criminais passasse por este Plenário sem obstáculo. Houve entendimento de que o Tribunal de Justiça reconhecia a necessidade dessa recomposição. Cabe ao Desembargador Sérgio Resende, ainda como Presidente, cumprir o compromisso, porque não transmitiu o cargo ao Desembargador Cláudio. Ficaria muito ruim para a sua biografia deixar a Presidência do Tribunal sem atender aos seus servidores. Não adentraremos na seara da diferença dos salários dos servidores e dos magistrados. Se fizemos isso, verificaremos que as diferenças são gigantescas, abissais, e traremos maior tristeza aos servidores do Judiciário. O nosso entendimento é de que o Presidente Sérgio Resende deve ao seu servidor a recomposição salarial. Como o nome já diz, não se trata de aumento salarial. Podemos perfeitamente votar. Sr. Presidente, esperamos que o Presidente do Tribunal cumpra o compromisso firmado com o Sindojus, o Serjusmig e o Sinjus. Fazer a recomposição salarial foi um compromisso assumido com os servidores. Os 10,14% constituem recomposição salarial e justiça aos servidores da Justiça.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Bom dia a todos e a todas. Mais uma vez, gostaria de cumprimentar e parabenizar os servidores, os sindicatos - Serjusmig, Sindojus e Sinjus -, os estudantes do Colégio São Pascoal, que visitam esta Assembleia. Quero mais uma vez fazer o meu reconhecimento, de público, o que é fundamental. As lideranças dos sindicatos sabem muito bem as dificuldades que enfrentam, e, às vezes, muitos filiados questionam a sua atuação. Sou testemunha do trabalho dos sindicatos na Assembleia. Se a categoria dos servidores do Judiciário conquistou avanços nos últimos anos, foi graças à sua representação sindical. O servidor tem de ter esse reconhecimento e saber o que o sindicato faz pela categoria. Gostaria de parabenizar ainda todos os Deputados, da Situação, da Oposição, do Bloco PT-PMDB-PCdoB, que estão firmes e, desde o início, assumiram o compromisso com os servidores. É fundamental que o Tribunal de Justiça cumpra o que foi prometido e combinado. Se foi prometido e combinado, tem de sair do papel. A data-base, a recomposição salarial é direito do servidor, que tem de ser respeitado, cumprido. Não podemos nos afastar um milímetro disso. Há recurso, há todas as condições. Não há dinheiro para uns; na hora de garantir o lado mais fraco, o dos que recebem menores salários, não tem jeito, não tem dinheiro. Esse discurso não pode acontecer. Os acordos têm de ser respeitados. Só existe Judiciário, Juiz e Desembargador, porque existem os servidores da Justiça. Sem os servidores, não há como o Judiciário funcionar. Por isso o Judiciário tem de valorizar os seus servidores.

Então votaremos favoravelmente o Projeto de Lei nº 4.389 e esperamos que o Tribunal encaminhe uma lei específica para esta Casa que garanta a recomposição dos 10,14%, que é direito dos servidores. E, mais uma vez, fazemos um apelo para garantir a votação do 3º grau para os Oficiais de Justiça e do auxílio-periculosidade, lutas históricas que precisam sair do papel.

Não podia falar de servidor sem deixar aqui a nossa total solidariedade aos servidores da educação. Parabéns, servidores da educação, que levantaram a cabeça, foram para as ruas e estão fazendo pressão e se mobilizando para garantir os seus direitos! Não podemos aceitar que o Estado pague um salário para os professores menor que o salário mínimo. Isso é inaceitável, inadmissível e uma hipocrisia num Estado que tem uma das maiores economias do País, cujo orçamento é mais de R\$40.000.000.000,00.

Quero parabenizar os servidores do Judiciário, os estudantes do São Pascoal e todo o conjunto de servidores públicos. Temos de unir todas as categorias do Estado, e não só a do servidor público. Não podemos aceitar que o servidor viva em situação de miséria e com um salário de fome, sendo que Minas Gerais tem um dos maiores orçamentos do País. Para investir em ser humano, em vidas e valorizar o servidor, infelizmente não há condições porque não há dinheiro; agora, para investir em concreto, cimento e aço, comprar caveirão a fim de reprimir servidor, há recursos. Foram destinados R\$2.000.000.000,00 para o Centro Administrativo. Para que precisamos de caveirão no Estado de Minas Gerais? O próprio Subsecretário do governo Aécio criticou o Secretário Saporiti dizendo que esse é o maior absurdo que já viu na sua vida. Para que comprar caveirão? Para reprimir servidor. Não podemos admitir isso também.

Os servidores querem que se cumpra o que se prometeu, não é isso? Não foi mantido o compromisso de garantia da recomposição na data-base? Que se cumpra a data-base! O Governador prometeu garantir o piso para os servidores da educação. Que se estabeleça esse piso e se cumpra a lei federal e a legislação! Portanto o Estado tem de dar exemplo e respeitar os seus servidores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros* - Sr. Presidente, servidores do Judiciário e meus colegas Deputados, bom dia! Desde o primeiro momento

abraçamos a causa da recomposição salarial de 10,14% dos servidores do Judiciário. Além disso, apresentamos emenda que foi acolhida em 1º turno e na Comissão de Administração Pública. Depois, por orientação e até por acordo, ela foi retirada, ficando o compromisso do Tribunal de encaminhar a esta Casa um projeto de lei específico que trate de recomposição salarial. Não arredaremos pé 1 minuto sequer enquanto não tivermos certeza de que o Tribunal cumprirá de fato esse compromisso com os servidores da Justiça, que, aliás, têm o direito da fixação da data-base e não podem mais esperar. Tenho certeza de que, hoje, ela será aprovada por unanimidade e de que essa recomposição salarial não virá num prazo longo, pois os servidores estão com seus salários achatados e uma sobrecarga de trabalho.

Tenho realizado audiências diuturnamente no fórum de Belo Horizonte. Cada secretaria cível se encontra, em média, com 6 mil processos. Se os Juízes já não conseguem proferir tantas sentenças, todo esse trabalho acaba desaguando nos braços dos servidores, abnegados nas suas atribuições de imprimir celeridade aos processos judiciais e de atender àquilo que o jurisdicionado espera, que é uma Justiça correta e célere. Quando demora, a Justiça não é justiça, mas injustiça. Portanto tenham os servidores a certeza de que esta Casa aprovará hoje a data-base e de que estaremos nos empenhando ainda mais para cobrar do Tribunal o envio a esta Casa do projeto que estabelece recomposição salarial.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.389/2010. À Comissão de Redação.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência cumprimenta e registra a presença, nas galerias, de alunos do Colégio Berlaar São Pascoal, do Bairro Caiçara, Capital, dos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Desejo-lhes que tenham uma boa estada na nossa Assembleia Legislativa, que é a casa do povo.

Declarações de Voto

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, primeiramente declaro que votamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que foi votada por nós em uma iniciativa da bancada do Norte, porque houve o Decreto Federal nº 6.660 e depois o novo mapa feito pelo IBGE, em que a mata seca seria igual à mata atlântica. Essa ação trouxe o desemprego para mais de 100 mil pessoas no Norte de Minas. Não conseguimos ser recebidos pelo Ministro Minc e fizemos vários pedidos para sermos recebidos pela Ministra Dilma, para que pudéssemos falar desse Decreto nº 6.660, que persegue o povo do Norte de Minas, feito pelo governo federal. Nesse momento, a sociedade rural e o Sindicato Rural de Montes Claros pediram à OAB um parecer para entrar contra o governo do Estado na questão da mata seca. A OAB respondeu que não poderiam entrar contra o governo do Estado, visto que tudo está baseado em um decreto federal, portanto a OAB de Montes Claros pediria à OAB federal para fazer isso. Após várias negociações e com o posicionamento favorável do Governador Anastasia, que sempre procurou maneiras de resolver a questão dos produtores rurais do Norte de Minas, conseguiu-se o entendimento entre as áreas ambiental e agropecuária. Esse projeto deve resolver os problemas. Ele foi fruto de muito trabalho, de muita luta da classe de trabalhadores e produtores rurais. Essa classe rural passa para ter sua reserva. Ela tem de averbar a reserva, tem de georreferenciá-la para ter ar puro, para que o nosso ex-Ministro Minc possa participar da marcha da maconha no Rio de Janeiro, porque os produtores rurais de Minas Gerais mantêm as reservas, e não ganham nada para isso. É preciso uma lei federal que remunere esses guardiões do meio ambiente, que cuidam das nascentes e dos nossos rios. Uma parte desta Casa, até ultrapassando seus limites, tentou legislar concomitantemente com o governo federal, que se mostrou, infelizmente, insensível a extinguir o Decreto nº 6.660, visto que o Norte de Minas e o Sul do Piauí não têm nada a ver com a mata atlântica. Tomara que tivessem, porque aí haveria chuva abundante para que os produtores pudessem produzir adequadamente. Estamos aprovando este projeto, em 1º turno. Quero agradecer a solidariedade de toda a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quero agradecer ao Secretário de Agricultura, ao IEF, que tem sido parceiro nessa condução e principalmente ao Governador Anastasia, que abriu as portas, quebrou as resistências, para que o produtor do Norte de Minas possa voltar a trabalhar e não ser impedido de exercer o que sabe fazer: trabalhar na terra. Sem dúvida, vamos cuidar do meio ambiente, e quem cuida mais dele realmente é o produtor rural. Agradeço especialmente à bancada do Norte - Deputados Gil Pereira, Ana Maria Resende, Ruy Muniz e Carlos Pimenta -, que, a todo o momento, se manteve unida na luta em prol do produtor, e a esta Casa, que foi sensível e apoiou os produtores rurais, aqueles pequenos que estão impossibilitados de trabalhar. Hoje agradecemos à Assembleia e comunicamos aos produtores que votaremos, em 2º turno, o projeto o mais rápido possível. Com certeza, o Governador Anastasia sancionará essa lei. Vamos torcer para que o governo federal e o Ibama não atrapalhem o desenvolvimento do Norte de Minas, que agora pode escoar a produção, porque Aécio Neves fez o maior programa rodoviário de todos os tempos naquela região. Ao lado do Anastasia, fez também outras obras que deixaram o Norte de Minas muito satisfeito. Obrigado, produtores rurais. Vamos lá.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, minhas palavras são de agradecimento à bancada do Norte, aos Deputados Estaduais que entenderam que esse projeto acaba com a angústia dos produtores do Norte de Minas. Estou certo de que o Governador Anastasia e a sua equipe acharam um caminho definitivo para ajudar o povo da região. Há mais de cinco anos, eles eram quase proibidos de investir e de trabalhar em suas terras. A nossa região é voltada, quase na totalidade, para a agricultura e a pecuária, então realmente não podia expandir-se, nem sequer manter a área já existente. Parabenizo todos os produtores do Norte de Minas, especialmente os de pequeno e médio portes. A Assembleia Legislativa dá um importante passo. Se Deus quiser, semana que vem, aprovaremos, em 2º turno, o projeto para que o Governador Anastasia possa sancioná-lo e os produtores possam investir, gerar emprego e renda para a população rural. A região sabe produzir, tem tecnologia, mas estava impedida. Com esse projeto de lei, viabilizaremos a produção de todos, e a normalidade voltará ao Norte de Minas. A região mostrará ao Brasil que sabe produzir com qualidade e preços baixos. Obrigado. Espero que encerremos esse assunto na semana que vem com a votação desse projeto em 2º turno. Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Padre João - Presidente, votamos favoravelmente o Projeto nº 4.389, que fixa a data-base dos servidores do Tribunal de Justiça. Entretanto, lamentamos a votação apenas dessa fixação. Na verdade, gostaríamos de ter votado, no mesmo projeto, a recomposição salarial de 10,14%. Houve uma emenda nossa nesse sentido que incluía também a retroatividade a janeiro de 2010. É importante destacar que houve apelo do Presidente da Casa - Presidente que muito respeitamos - com a melhor intenção, para que a emenda fosse retirada, evitando-se, assim, vício de origem. Ou seja, que se votasse apenas a data-base. Temos cópia de um ofício do Desembargador Sérgio Resende. No sentido mais puro e respeitoso da palavra, houve uma camaradagem de nosso Presidente com o Presidente do Tribunal de Justiça em, de certa forma, não acolher o conteúdo do ofício em que se autorizava a votação da recomposição salarial. O nosso apelo é também um empenho ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, para que reitere o pedido ao Desembargador Sérgio Resende, a fim de que, antes de sua saída, encaminhe a esta Casa uma mensagem, garantindo essa recomposição em 10,14%. O nosso apelo é para que isso seja feito, antes que o Desembargador Cláudio Costa assuma a Presidência do Tribunal de Justiça. Com essa compreensão, firmamos o acordo, senão, não poderíamos ter retirado aquela emenda. Teríamos de votá-la, mesmo que o Governador vetasse. Teríamos de mantê-la, mas a retiramos na confiança, pois o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, em entendimento com o Desembargador Sérgio Resende, firmou aquele acordo. Senão, jamais faria isso. Eu não teria retirado a emenda, pois jamais votaria contra ela. Fiz isso após esse entendimento, esse acordo. Em relação ao projeto da mata seca, que votamos favoravelmente, na verdade, não há essa boa-vontade do governo Anastasia, como disse o Deputado que me antecedeu. Isso não corresponde à verdade, pois o IEF já tem o respaldo legal para autorizar o desmate nas áreas destinadas ao assentamento de reforma agrária. A lei estadual determina claramente que as áreas destinadas à reforma agrária são consideradas de interesse social. Sendo assim, tem a autorização de desmate. Na verdade, a lógica deste Estado é contrária aos pobres e à agricultura familiar, pois autoriza o desmate da mata atlântica, para a construção de hidrelétricas e siderúrgicas. Há essa autorização. V. Exa., Presidente, é testemunha do entendimento para a autorização do corte dos pequizeiros em Sete Lagoas. Para os grandes, há essa autorização, mas, para a agricultura familiar, não há. O governo do Estado já tem o respaldo legal, quando se trata de assentamento de reforma agrária. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Gostaria de dizer que votamos favoravelmente e elogiar o nosso Líder do Bloco, Deputado Padre João, que, em nosso nome, fez as negociações para garantir a aprovação desse projeto. Parabenizo os servidores da Justiça, sobretudo as servidoras, que

estão de vigília para garantir a aprovação desse projeto. Realmente, essa mobilização e participação são muito importantes. Vocês permaneceram inúmeros dias nesta casa, que é realmente o espaço democrático para reivindicações e organizações. Gostaria de dizer também aos professores e às professoras que nos assistem pela TV Assembleia que só voltamos a votar, porque houve um acordo do governo do Estado para não demitir os professores e educadores em greve. Isso tem de ser pontuado. Acreditamos que a palavra será cumprida, pois, se isso não ocorrer, haverá vigília permanente dos Deputados desta Casa. Como professora aposentada, sou solidária à minha categoria, que está organizada. Gostaria também de cumprimentar os alunos do Colégio São Pascoal. Este é um momento extremamente importante, em que os servidores se manifestam. A democracia permite isso. A organização é que garante os nossos direitos. Os direitos não vêm de graça, seja qual for o governo, sobretudo quando não há abertura de negociação. Portanto, a organização é que garante os nossos direitos de servidores e de profissionais. Sabemos que os servidores do Estado são muito importantes para o desenvolvimento das políticas públicas. Temos que garantir isso. Esse é o nosso papel nesta Casa. Reafirmo a importante função de toda a Casa, de todos os Deputados da base. Friso que o nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB tem, incansavelmente, discutido, pontuado e tomado posições firmes, sempre pensando no bem comum da sociedade mineira. Quando necessário, obstruímos os trabalhos desta Casa, para que as negociações políticas garantam os direitos daqueles que são responsáveis por este Estado. Os governos passam, mas o Estado fica, os servidores de carreira ficam. Então, é preciso que sejam valorizados e respeitados, como não acontece muitas vezes.

O Deputado Marcus Pestana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar quero aplaudir os servidores do Poder Judiciário, que demonstraram o caminho a ser seguido: o caminho da luta, do diálogo, da serenidade e do entendimento. Todos aprendemos com essa experiência e chegamos a bom termo. Ao viajar com o Desembargador Sérgio Resende, na próxima segunda-feira, comprometo-me a aprofundar a discussão sobre a complementação do entendimento com o envio do projeto de lei que fixa o aumento e concretiza o anseio dos servidores. É preciso tirarmos todas as lições desse aprendizado. Chega dessa demagogia rasa; chega dessas palavras sobressaltadas e sem conteúdo. O nosso governo assumiu uma crise fiscal profunda, com 2 bilhões de déficit; fez o choque de gestão, déficit zero; organizou as carreiras que premiam mérito e esforço; e estabeleceu prêmio por desempenho e resultados. Assim, não cabe aqui uma análise com a profundidade de um pires em que emendas inconstitucionais são apresentadas para indispor a população, de forma mentirosa e manipulada, contra a Maioria desta Casa. Esse berreiro sem conteúdo, esse radicalismo improdutivo nos leva a não ver que agora temos, talvez, o primeiro Governador seguidor de carreira, o Prof. Anastasia, profundamente comprometido com o serviço público. Esse governo, como nenhum outro, fez muito pela valorização do servidor. Foi dado aumento de 10%. O aumento proposto para os aposentados pelo governo federal foi de 6,2%. E, agora, o Congresso corrigiu para 7,7% e há ameaça de veto. Estamos falando de 10%, e em Brasília fala-se de 7%. Quando vejo essa discussão sobre serviço público e responsabilidade fiscal com a profundidade rasa de um pires, com essa demagogia fácil, no íntimo começo a admirar cada vez mais a sabedoria, a clareza e o discernimento do povo de Uberlândia.

Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, cumprimento os servidores do Tribunal de Justiça e os três sindicatos representativos dos servidores pela aprovação do projeto que estabelece a data-base para a categoria. Agora compreendemos a importância de convenceremos o Tribunal de Justiça, por intermédio de sua direção, de seu Presidente, a enviar para esta Casa o projeto de lei que estabelece o reajuste de 10,14%. Segunda-feira, dia 24, acompanharemos o ilustre Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, cuja gestão está no final. Vamos acompanhá-lo à cidade de Belo Oriente, onde ele fará uma visita técnica às futuras instalações do fórum daquela comarca e visitará também as obras de reforma do novo prédio da Comarca de Açucena. Nessa oportunidade, conversaremos com ele, para que envie, o mais breve possível, um projeto de reajuste dos servidores do Judiciário para esta Casa. Parabenizamos os servidores que estiveram aqui presentes durante toda a tramitação do projeto. O nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB está solidário aos servidores. Saliento que, ontem, o nosso Bloco se comprometeu a votar os projetos importantes para a Casa, para Minas e para o governo, com o compromisso de que o governo do Estado mantivesse aberta a negociação com os professores e professoras da rede estadual que estão em greve, comprometendo-se a não fazer demissão e a voltar imediatamente à mesa de negociação para apresentar uma proposta concreta. Hoje, na grande mídia, na rádio e na tevê, preocuparam-me as declarações das Secretarias de Planejamento e de Educação, que nos pareceram sinalizar uma certa radicalização, o que não é bom. Ouvi nos noticiários a Secretaria de Educação dizer que cortará o ponto dos funcionários, o que é ruim neste momento. Há uma assembleia geral marcada para terça-feira com os professores. Precisamos de bom-senso e de uma sensibilidade maior por parte do governo do Estado. Digo ao ilustre colega Deputado Marcus Pestana que a radicalização não parte somente dos Deputados da Casa: quem está insatisfeito com o governo é o servidor; são os professores e as professoras, que esperaram quase oito anos para que o governo negociasse, sinalizasse a favor da implementação do piso salarial da categoria. E foi o governo que não o fez; foi o governo que, nestes últimos sete anos, não valorizou o servidor público; foi o governo que diminuiu os investimentos da receita corrente líquida na folha de pagamento dos servidores, saindo de 53% de gastos de receita corrente líquida, em 2001, para 43%. Houve, nestes últimos sete anos, diminuição de investimentos no que se refere ao servidor público. Isso não foi feito de forma inconsciente, não se deve ao problema de crise econômica - muito pelo contrário, o Brasil viveu bons momentos na economia. Se Minas não soube aproveitá-los, se Minas não soube expandir sua economia, agregar-lhe valor, isso é questão de gestão. Se o governo do Estado tem a perspectiva de que é possível fazer resultado sem servidor público, que arque com a consequência da sua concepção de poder e de governo. Quem está insatisfeito com o governo não somos só nós, os Deputados da Oposição: há muito servidor público insatisfeito com o governo, mas isso faz parte da democracia, e esse servidor, na hora certa, saberá fazer o seu julgamento nas urnas.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que o há para a discussão das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.065, de 22/11/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, faço uso deste microfone para relatar o que vem acontecendo nos últimos dias com alguns anúncios que estão sendo circulados com o nome de alguns Deputados, colocando-os contra o aumento de salário dos professores. Tenho 22 anos de vida pública, Sr. Presidente, e nunca tive meu nome vinculado - nem nos autos do funcionalismo público - em cartaz como inimigo do povo, aquilo tudo que aparecia antes. Pela primeira vez, estou vendo agora essa relação que um colega desta Casa mandou fazer; isso saiu da criação de um colega desta Casa para rodar na internet. Não é por aí, Sr. Presidente, que devemos fazer política. Não podemos fazer isso, temos de nos respeitar. A partir do momento em que o Deputado Weliton Prado colocou esta Casa contra a população, colocou os Deputados desta Casa contra a população. Apresentou uma emenda demagógica, inconstitucional, que - sabemos perfeitamente - não teria como o governo aprovar - e naquele momento estava sendo votado um projeto sério para o funcionalismo. Quero deixar bem claro que não sou contra o professor. O professor tem que voltar a ganhar bem como ganhava. Estudei em escolas públicas, na Escola Estadual Caetano Azeredo e na Francisco Salles. O professor era bem remunerado. E é por essa escola do passado, por uma escola pública sadia com professores bem-remunerados que luto, Sr. Presidente. No meu tempo de escola, quem estudava em escola particular era o famoso PP, pagou passou, porque conseguíamos sair de um escola pública e passar no vestibular. Isso aconteceu comigo, Sr. Presidente. No entanto, agora vemos um colega fazer isso dessa forma - e está sentado ali -, jogando para a plateia. Falo isso com muita tranquilidade. Alguns colegas desta Casa podem achar que tudo está bem, pois ele gasta toda sua verba indenizatória colocando publicidade em jornais, com propaganda fora de hora, de meia

página nos jornais que circulam em Belo Horizonte. É só pegar a prestação de contas para verificar isso, e ninguém fala nada. Não se pode ocupar esta tribuna com cartaz, mostrando um projeto desses. Ele faz isso, e ninguém fala nada. Agora, o trabalho parlamentar dele é mostrar os Deputados que votaram contra uma emenda demagógica dele, quando todos sabemos nesta Casa que a emenda era inconstitucional. A opinião pública deveria saber disso, porque quando chegamos ao interior, vemos apenas quem está votando contra professor, com aqueles retratinhos que ele mandou colocar na internet. Esta Casa deve levantar isso. O que estou dizendo aqui é sério. Tenho certeza de que ele pegará o microfone e dirá que não tem nada com isso, não foi ele quem fez esses retratinhos. Mas devemos mandar apurar. As Polícias Civil e Federal estão aí para isso, e temos de mandar fazer um levantamento, não para punir nem para falar nada, mas para saber com quem estamos lidando nesta Casa. Não sou contra professores, não voto contra professores. Meu partido sempre brigou por uma educação de Brizola, de Darcy, a educação de que precisamos. Sr. Presidente, não é dizendo que tem gente feia nesta Casa que as pessoas vão ficar bonitas. Isso tudo deve ser olhado com seriedade. Estou dizendo isso aqui, porque chegamos a um ponto que está ficando muito chato, muito ruim, o clima nesta Casa. O governo deve reunir-se, negociar e mostrar o que pode ser feito para o funcionalismo, principalmente para os professores. O que não pode acontecer é um colega desta Casa fazer isso, é uma maldade colocar esses retratinhos na internet, Sr. Presidente. Deixo claro que não se deve dizer nada sem provar. É proibido subir com cartaz na tribuna e mostrá-lo, Sr. Presidente. Até então estamos deixando isso acontecer. Coisas são feitas contra esta Casa. Os Deputados que aqui estão votaram com seriedade algo inconstitucional, que todos sabiam que não tinha como ser aprovado, e ele ainda diz que somos contra o funcionalismo. Tudo isso é muito chato. Deputado Weliton Prado, esse respeito com os colegas deve ser mútuo. Não é assim que se faz política. Não é passando sobre tudo e sobre todos que V. Exa. conseguirá. V. Exa. é um jovem brilhante, chegou na política outro dia, e realiza sua política de forma diferente. Está ficando velho como eu, que já fui o mais jovem Vereador de Belo Horizonte. Espero que a responsabilidade e o respeito com os colegas continue, Deputado Weliton Prado. É muito chato ver o que está acontecendo. V. Exa. sozinho não faz nada nesta Casa, não consegue aprovar um projeto. Sozinho, não consegue andar nesta Casa, precisa de todos. Não conseguiria aprovar o projeto que proibiu o fumo em Minas Gerais, e hoje é sucesso em todo o Estado, se estivesse sozinho. Nunca fiz nada e não faço nada sozinho nesta Casa. Fazemos com os companheiros. Nós fazemos uma Minas Gerais melhor. Nós vamos conseguir o apoio para os educadores deste Estado. Nós fazemos juntos. Sozinho ninguém faz nada, Deputado.

O Deputado Weliton Prado - Sempre assumo minhas posições. Fui um dos Deputados mais votados nesta Casa, recebi mais de 120 mil votos. Assumo aquilo que faço. V. Exa. realmente votou contra. Tenho a lista do painel, que é pública. Todos têm direito de saber quais Deputados votaram contra ou a favor da emenda. Se vai entrar no mérito, V. Exa. que justifique e mostre aos servidores por que votou contra a emenda que estabelece o piso para os servidores da Educação. Segundo ponto: nunca soltei nenhum material em relação a nenhum colega desta Casa e gostaria que V. Exa. provasse isso; nunca fiz isso e não vou fazê-lo. Coloquei claro nos meus materiais o posicionamento. Apresentei várias emendas. O Bloco PT-PMDB-PCdoB apresentou também. E nossas emendas foram rejeitadas pela Base do governo. Em momento algum citei nome de colega parlamentar aqui: isso não é do meu feito. Jamais vou fazê-lo. Desafio V. Exa. a provar isso. Faça esse desafio. Os computadores do meu gabinete estão à disposição a partir deste momento. Não precisa nem de autorização. Faça esse desafio a V. Exa.: pode chamar o técnico que V. Exa. escolher. Tenho honrabilidade de assumir o que falo. E olho na cara do senhor, no olho do senhor. V. Exa. votou contra a emenda que implementa o piso nacional dos servidores da educação. Questionar se ela é legal, se é inconstitucional não o justifica. É responsabilidade de V. Exa. se justificar. E a lista de votação é pública. Qualquer cidadão tem direito de solicitá-la. Está lá quem votou a favor e quem votou a emenda. Queria saber como V. Exa. e os parlamentares desta Casa vão fazer para contribuir. Ontem, os Deputados Duarte Bechir e Doutor Viana foram muito bem recebidos, inclusive aplaudidos pelos servidores, porque expuseram o seu posicionamento. É isso que importa. Neste momento, os servidores querem saber qual é a contribuição do Parlamento mineiro para resolver esse problema da greve, que dura há mais de 40 dias. Temos de encontrar uma solução. O servidor não tem condição de sobreviver no nosso Estado recebendo menos de um salário mínimo. Essa é a realidade. Atualmente o servidor em Minas Gerais recebe salário de fome; não tem como sobreviver, pagar conta de água, pagar conta de luz; não tem como ter as mínimas condições de dignidade. Para nos tornarmos um país desenvolvido, para o Estado ser referência, é preciso investir em educação. Não pode ficar só na falácia, só no discurso. Respeito muito V. Exa., mas, neste caso, está equivocado. Exponho claramente as minhas posições e assumo tudo o que falo. Mostro cartaz, como estou mostrando aqui agora. Aproveito para declarar o meu voto quanto ao Projeto nº 4.389, que estabelece data-base para os servidores. Infelizmente não aprovamos a questão da recomposição salarial, que seria 10,14%. Esperamos fazer isso o mais rápido possível. É meu dever, como parlamentar, divulgar as nossas ações. Respeito cada colega, cada Deputado desta Casa e vou continuar respeitando. Temos diferenças políticas e vamos continuar tendo, mas, no debate político, olho no olho. Podem ter certeza de que assumo todas as minhas ações, como sempre assumi. Já denunciei grandes empresas, grandes corporações. Fiz várias críticas à Justiça Eleitoral. Com todo o respeito, acho-a o maior absurdo. Temos de fazer uma grande alteração na sua legislação. É preciso haver uma reforma eleitoral em nosso país. Realmente, quem está antecipando a campanha é a Dilma, o Serra e os nossos candidatos a Governador, da esquerda e da direita, enfim, todo mundo. Então, isso é hipocrisia. Às vezes, os problemas recaem sobre o parlamentar mais fraco, sobre o Vereador e sobre quem está na base, que às vezes torna-se bode expiatório. Mas quem antecipou a campanha eleitoral foram todos os pré-candidatos: a Marina, a Dilma, o Anastasia, o Hélio Costa, inclusive os candidatos do PT. Esta é a realidade. E aí não houve nenhuma providência. Mas, na hora de pegar aquele coitadinho do interior, pega-se mesmo. Então, têm de ser feitas mudanças, principalmente para nós, parlamentares, que mais sofremos. Por isso temos a responsabilidade de fazer mudanças na legislação eleitoral, para terminar com essa demagogia. Infelizmente, não se olham os grandes; às vezes, olham-se só as ações parlamentares, e é direito do cidadão saber o que o seu parlamentar está fazendo. Para terminar, deixo aqui toda a nossa solidariedade aos servidores da educação. Esperamos que o governo realmente negocie e que possamos implementar o piso de R\$1.312,00 para os servidores da educação em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias e telespectadores da TV Assembleia, ontem, eu e o Presidente tivemos a oportunidade de conversar com lideranças do movimento grevista. Tudo começou quando usei a palavra nesta Casa para apartear o Deputado Padre João ao dizer: "Deputado, vamos buscar um caminho comum, porque hoje o sentimento não é dos servidores da educação, mas também do povo mineiro é buscar um caminho para a finalização da greve e ver o que é possível se fazer. Não vamos tirar proveito desse momento de sofrimento nem causar falsas impressões para levar vantagem pessoal". Quando disse para não tirar proveito, algumas dessas pessoas que nos ouviam aqui, ontem, começaram a insinuar uma vaia. Acharam que não entendo que movimento grevista e, também, claro, uma oportunidade política de manifestação. Mas longe disso, quando estava ao lado de V. Exa., algumas pessoas da galeria, apontando o dedo na sua e na minha direção, gritaram: "Traidor". Pedimos-lhes, então, que descessem até aqui para conversar conosco e fomos atendidos. Em torno de 50 pessoas vieram à sala do café conversar comigo e com V. Exa. e lhes mostramos os documentos. Já que quero aumentar um pouquinho o conhecimento de todos os que estão em casa nos assistindo, quero dizer que o Deputado Weliton Prado disse que o problema é de quem votou contra a emenda, Sr. Presidente. Então, quero mostrar alguns documentos de autoria do Deputado Weliton Prado. Não quero fazer isso para acusá-lo, mas para dar uma explicação a Minas Gerais. São de autoria do Deputado Weliton Prado as Emendas de nºs 14 a 21, que é a que diz respeito à educação. A Emenda nº 14 é a seguinte: "Art. 15 - Fica reajustado em 10%, a partir do dia 1º/1/2010, o valor do vencimento básico do cargo de provimento de Capelão." Essa emenda foi rejeitada. Peço à TV Assembleia que mostre, por favor, que a emenda foi rejeitada. Não foi divulgado que a Emenda nº 14 foi rejeitada. "Emenda nº 15 - Fica reajustado em 10%, a partir de 1º/1/2010, os vencimentos retroativos do Poder Executivo." A Emenda nº 15 também foi rejeitada. "Emenda nº 16 - Fica reajustado em 15%, a partir de 1º/1/2010, os vencimentos dos Agentes de Segurança Socioeducativos do Poder Executivo". Ele queria dar mais 15. Na Emenda nº 17, que também foi rejeitada, ele também pede que seja dado mais 10% às tabelas de vencimento básico das carreiras de Assistente Administrativo da Polícia Militar e Analista de Gestão da Polícia Militar. Está aqui: rejeitada. Esse é um documento da Assembleia, documento público. "Emenda nº 18 - Fica concedida gratificação de periculosidade de 25%". Somando-se tudo, os aumentos solicitados devem ter passado de 200%. Todas as emendas foram rejeitadas. Por fim, a Emenda nº 21, que é a emenda que tem gerado discussão em toda Minas Gerais. Ontem, quando estava ao lado de V. Exa., nos chamaram de traidores, mas, depois que lhes mostrei os documentos, parece que houve entendimento. A Emenda nº 19 também foi rejeitada. "Emenda nº 21- O vencimento inicial das carreiras dos profissionais do Ministério Público e da educação básica é o correspondente ao valor atualizado do piso salarial profissional nacional, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.738, de 16 de junho, e deverá ser retroativo a 1º de janeiro". Essa emenda também é de autoria do Deputado Weliton Prado. Está aqui o carimbo da Casa: rejeitada. Foram 10 emendas rejeitadas. O Capelão e o pessoal do Executivo não ficaram sabendo sobre essas emendas dele; ninguém ficou sabendo; somente os servidores da educação é que tomaram conhecimento disso. Ela, que coleciona todas as informações sobre seu parente, com orgulho e carinho perguntou: "Deputado, essa informação que chegou sobre meu primo é verdadeira?". Eu disse que não e que os documentos estavam no meu carro. Creio que, para amenizar a situação, V. Exa. poderia dizer para a população que a emenda apresentada por V. Exa. é inconstitucional, não poderia ser votada favoravelmente por nós. Estou pedindo que V. Exa. diga a verdade. O Deputado Alencar da Silveira Jr. pediu-lhe: "Deputado Weliton Prado, vamos crescer juntos, vamos ajudar a Casa". Gostaria que V. Exa. ocupasse a tribuna levando todas as emendas de sua autoria e dissesse: "Minas Gerais, realmente apresentei uma emenda que não poderia ser votada." Gostaria que V. Exa. fizesse isso para o bem da nossa Casa. Deputado Weliton Prado, somos por Minas Gerais. Somos

aqui, Deputado Weliton Prado, pela verdade; não podemos zombar do sentimento daqueles que estão sofrendo. Estou pedindo a V. Exa. que ocupe a tribuna e fale sobre todas as emendas de sua autoria. Diga a Minas Gerais que todas foram rejeitadas, mas somente a emenda da educação foi para a internet, com o único objetivo de jogar lama naqueles que não merecem. Ontem, o Deputado Carlin Moura, ao encerrar suas palavras, disse: "Sou a favor dos professores e contra o Prof. Anastasia". Acho que esse comportamento está errado. Devemos buscar entendimento, a fim de que seja encontrada uma solução para essa greve. Sou favorável ao debate. A verdade deve prevalecer. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, jovens estudantes que aqui se encontram, demais cidadãos e cidadãs que vieram à Casa do povo mineiro, sejam bem-vindos. Creio que este é um momento importante, porque temos a oportunidade de partilhar com vocês uma reflexão extremamente séria. Um Estado Democrático de Direito, um regime democrático não terá sentido se as regras não existirem, se não houver respeito por elas, mas, acima de tudo, nada faz sentido na vida se não há verdade. Essa diferenciação entre as coisas nos remete à análise do bem e do mal, da verdade e da mentira. O Presidente fez um comentário sobre a manifestação de vocês. Particularmente, acho que as manifestações são legítimas, mas, na maioria das vezes, podem ser fruto de incompreensão. Por exemplo, se alguém aplaude algo, mas se estiver sendo iludido, não será acrescentada muita coisa; pelo contrário, isso poderá levá-lo a um caminho equivocado. O mesmo irá ocorrer se alguém vaiar e estiver sendo iludido. Tentarei ser bem objetivo não apenas com vocês, que nos estão acompanhando aqui, mas também com quem nos acompanha pela TV Assembleia. Tenho um grande respeito por todos que aqui estão, mas esta tribuna, muitas vezes, é utilizada para aquela lentezinha que está ali, na frente. Aí, ela se transforma - o que me deixa muito triste - num teatro de péssimo gosto, porque ninguém foi eleito para vir aqui e ser ator, fingir, dissimular, mentir: fomos eleitos para aqui representar o povo e trabalhar com a verdade. Quanto ao assunto objeto de debate que vocês testemunharam aqui, além dos milhares que nos estão acompanhando pela TV Assembleia, pontuarei algo muito objetivo. Cada um dos 77 Deputados que foram eleitos para esta Casa tem, no mínimo, a obrigação de saber que no Brasil existe uma Constituição. Não dá para adotar a postura de que não sabia, concordam comigo? Vocês, ainda muito jovens, sabem que existe uma Constituição no Brasil e que ela é a lei maior, a base de todas as outras regras de convivência. Já imaginaram se nós, que fazemos as leis, não respeitarmos a Constituição? Vira bagunça literalmente, não é? A Constituição é o princípio básico para se aprovar ou não uma lei; é o princípio básico para os Juizes, desde a 1ª instância, lá na Comarca, até chegar ao Supremo, tomarem uma decisão sobre algo que está em julgamento. Se a Câmara Municipal, a Assembleia, a Câmara dos Deputados ou o Senado votar algo inconstitucional, estará produzindo algo nulo; pior que isso, estará induzindo a sociedade a erro, estará desrespeitando a Lei Maior. O que está sendo debatido aqui é que vários Deputados estão sendo achincalhados, ofendidos de maneira covarde, antiética, desrespeitosa, como se tivessem votado contra os professores. De fato, se todos nós da Base do governo ou da Oposição, que sabemos que o salário é muito pequeno e que é preciso melhorá-lo, dissermos a alguém que tal Deputado votou contra os professores, isso é o mesmo que chamá-lo de bandido. Aí qualquer jovem vai vaiar. Mas, e se isso for mentira? É justo? E se a emenda, como foi dito com muita clareza pelo Deputado Duarte, for flagrantemente inconstitucional? Imaginem se eu pudesse chegar aqui e dizer "Presidente, estou apresentando um projeto e, a partir de amanhã, o salário dos professores será R\$5.000,00"! Quem pode sugerir 15%, 20% de aumento pode apresentar projeto para que o salário seja R\$5.000,00. A Constituição deixou claro que reajuste de servidores, projeto que aumenta despesa do Executivo não pode ser apresentado por Deputado nem por Vereador. Quando vota alguma lei, um Vereador não pode dizer: "O Prefeito falou que vai dar 10%, mas sou bonzinho, vou mudar o projeto e dar 100%". Se a Câmara teimar e votar o projeto do Vereador bonzinho que disse que daria 100%, haverá zero de aumento. Do mesmo jeito, se a Assembleia Legislativa teimar em votar o projeto do Weliton Prado e não o do Governador, sabem quantos por cento teria dado para o professor? Zero, porque se votaria um projeto nulo, inconstitucional. Mas fica muito agradável para o Deputado Weliton Prado dizer: "Sou muito bonzinho, apresentei o aumento, mas os meus colegas o recusaram; eles são maus". Isso é ético, correto, verdadeiro, contribui para a democracia? Reflitam sobre o tema. O que estamos sugerindo ao Deputado Weliton Prado é que pense se é justo o que está fazendo. Todos os pareceres dos assessores da Casa foram pela rejeição. O parecer das Comissões foi pela rejeição. O Deputado Weliton Prado não ficou satisfeito, pediu que se votasse em Plenário para pegar a lista e dizer: "Olha, apesar de eu ter tentado, os Deputados votaram contra". Só que ele não acrescentou: "Eles votaram contra porque era inconstitucional". Ele não fez essa ressalva, assim como não a fez quando se manifestou para vocês e arrancou aplausos. Assim também acontece quando chega na frente de um movimento grevista legítimo e arranca aplausos, porque o discurso fica fácil. Mas isso não contribui para o nosso país melhorar. Isso aqui não é teatro. Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Exa.

O Deputado Weliton Prado - Art. 164, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Tenho todo o respeito pelo Deputado Duarte Bechir, porque ele é novo na Casa e ainda não tem conhecimento do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. De acordo com o nosso Regimento, o Plenário é totalmente soberano: pode decidir qualquer matéria, inclusive projeto que obteve parecer pela inconstitucionalidade e derrubá-lo. Está no Regimento Interno da nossa Casa. Em relação ao parecer, o próprio nome já diz: parece ser. Infelizmente, o nosso Parlamento não tem a autonomia que deveria. Quando é bom para o governo, tudo é constitucional, legal e pode, mas quando é para atender aos servidores, é inconstitucional, ilegal e não pode. Quando é para dar 50% de remissão de desconto nos impostos para a Localiza, que foi quem mais doou para a campanha do Governador, aí é legal. Vamos dar 50% de desconto nos impostos para a Localiza e vamos aumentar para quem tem moto e para quem tem veículo utilitário. Nesse caso, não tem problema, mas na hora de cumprir uma lei federal, que está acima de uma lei estadual, que é a lei que cria o piso nacional para os servidores da educação, não pode. A Lei nº 7.378 deveria estar em vigor a partir do dia 1º de janeiro deste ano, com piso de R\$1.312,00. O orçamento do Estado chegará a mais de R\$40.000.000.000,00. Apresentei as emendas que tiveram parecer contrário da Comissão, é lógico, porque o Governador tem a maioria dos Deputados da Comissão. Por isso a Comissão de Constituição e Justiça é a mais importante. Por que a Comissão de Constituição e Justiça não tem Deputado do PT presidindo? Por que o Deputado é da base do governo? Por que a maioria dos membros é da base do governo? Porque fazem o que o governo quer. Infelizmente o nosso Parlamento não tem a autonomia que deveria ter. Para dar um exemplo, no mandato passado apresentei um projeto que foi considerado inconstitucional pelo parecer da Comissão e o projeto foi rejeitado. Eu retirei o projeto e o apresentei no substitutivo do Deputado Miguel Martini, que era Líder do Governo naquele momento. Apresentei o projeto com o mesmo teor, com os mesmos pontos e vírgulas, e ele foi aprovado e virou lei. Então, deixou de ser inconstitucional e foi aprovado porque era do Líder do Governo. Existem, de minha autoria, duas ou três leis aprovadas nesta Casa dessa maneira: apresentei o substitutivo no projeto de outro Deputado, ele tramitou porque o autor era da base do governo, e foi aprovado. Isso é questão de justiça? É certo um professor receber um salário inicial de R\$367,00? Aprendi com a minha mãe que você não precisa empenhar a sua palavra, mas, se prometeu, é preciso cumprir. E o Governador prometeu que pagaria o piso dos servidores a partir de 1º de janeiro, sem incorporação e sem penduricalhos. Infelizmente, ele criou um piso remuneratório. Realmente foi um piso, mas foi um piso nos servidores. Independentemente de partidos políticos e ideologia, temos que unir a Casa e dar a nossa contribuição neste momento. Esse é o nosso verdadeiro papel. Apresentamos as emendas do Bloco PT-PMDB-PCdoB, apresentei as emendas individuais, e todas elas foram rejeitadas. Agora o momento é de construir. Como disse o Deputado Antônio Júlio, se ficarmos olhando muito pelo retrovisor, acabaremos batendo na frente. Vamos pensar para frente. Os estudantes estão há mais de 40 dias sem aulas. Esta é a hora de o Parlamento mineiro dar a sua contribuição. Vamos resolver esse problema com o governo e enxergar uma luz no fim do túnel para os servidores, que não podem mais sobreviver com esse salário de fome. O salário de Minas Gerais é um dos menores do País. Atualmente, tramita nesta Casa um projeto que dá calote nos servidores. Esse projeto pega o dinheiro que o servidor contribuiu para o Ipsemg e passa para o caixa único do Estado. É um calote que o governo está dando, pegando o dinheiro dos servidores, que não têm direito à saúde. No interior, não existe médico credenciado. Peço aos Deputados que não aprovelem esse projeto. A situação dos servidores está um verdadeiro caos. Fazemos um apelo para garantir a unidade, para garantir o apoio aos estudantes, para que eles não percam o ano letivo. Vamos ter essa sensibilidade e vamos atender à demanda dos servidores, que é justa. Eles querem apenas que a legislação federal seja cumprida. Se existe uma lei, ela tem que ser cumprida e respeitada. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, quero apenas restabelecer o inteiro teor das minhas palavras sobre o que o ilustre Deputado Duarte Bechir mencionou. Ontem compareci à assembleia dos professores, e lá o meu pronunciamento foi muito claro. É momento de a Casa se posicionar a favor dos interesses dos professores de Minas Gerais e não dos interesses exclusivos do Prof. Antonio Augusto Anastasia. Não adianta o ilustre Deputado Duarte Bechir querer partidizar o debate. Nesses quatro anos de mandato, tenho tido uma postura absolutamente transparente, de contraposição ao projeto político em curso em Minas Gerais, de forma respeitosa, exercendo livremente o meu mandato, enquanto Bloco de Oposição. Faço isso de forma coerente, apresentando números, dados e fundamentos. Sr. Presidente, no que diz respeito ao piso salarial dos professores, nós, do Bloco PT-PMDB-PCdoB, como bem disse o ilustre Deputado Weliton Prado, apresentamos emendas embasadas numa concepção. Na nossa visão, era perfeitamente legal e constitucional a aplicação do piso nacional do professor. Trabalhamos para isso nesta Casa. Nunca apresentamos emenda com o intuito de provocar constrangimento ou criar qualquer armadilha. Apresentamos o que consideramos importante e absolutamente necessário. Acreditamos que Minas tem condição de pagar o piso nacional do professor. Aliás, indicamos a fonte para o seu pagamento. A cada ano vem caindo o investimento na educação. O percentual de gastos da educação relativo à receita corrente líquida caiu de 30% para 14%. Para nós, do Bloco de Oposição, é possível que isso seja restabelecido e retomado o processo de valorização do servidor e do professor. Por isso apresentamos emendas e votamos favoravelmente a elas. Temos todas as condições legais, políticas, para defendê-las. Entendemos que a única forma de restabelecer a qualidade da educação em Minas é sairmos desse vergonhoso vencimento básico do professor, que recebe, se for do nível médio, R\$369,00, ou seja, menos de um salário mínimo. Como a educação vai funcionar desse modo? Não é à toa que o nosso bloco trabalhou durante todo o ano na proposta do Plano Decenal de Educação, em que consta o piso nacional. O governo quer justificar o injustificável, caçar desculpa para dar aos professores. Votaram contra, sim; está no painel. Vamos votar agora o Plano Decenal e corrigir o erro, sinalizar aos professores do Estado que queremos restabelecer uma remuneração digna, aplicar a lei nacional do piso e pagar um piso, não um teto remuneratório. Vamos indicar as incorporações das gratificações dos professores, para que tenhamos um vencimento básico mais digno. Sr. Presidente, o nosso bloco se preocupa com a constitucionalidade. Defendemos a Constituição da República, quando, por exemplo, votamos contra a Lei da Mordaça, que queria calar o Ministério Público. O nosso bloco foi muito claro ao defender o Ministério Público. Também somos a favor da constitucionalidade, quando nos posicionamos contra a dívida do Ipsemg. O governo quer fazer uma troca vergonhosa para quebrá-lo. Defendemos a constitucionalidade, quando defendemos que o Estado gaste 12% da sua arrecadação com a saúde e não apenas os 8,65%, como tem feito nos últimos anos. É importante defender a saúde. Defendemos a constitucionalidade, quando derrubamos o vergonhoso contrato assinado pelo governo do Estado com o Banco do Brasil de R\$1.200.000.000,00, ao venderem a folha de pagamento do servidor. Então o Bloco tem o compromisso com a constitucionalidade e, especialmente, com o povo de Minas Gerais, com os servidores públicos e com a educação neste momento. Queremos contribuir para o fim da greve. Para isso, é preciso apontar o pagamento do piso nacional do professor de educação básica em Minas Gerais.

Questão de Ordem

O Deputado Gustavo Corrêa - Bom dia a todos. Caro Presidente Doutor Viana e colegas Deputados, vejo a presença de vários estudantes nas galerias, que, de forma democrática... Esta é a Casa do povo, onde todos têm autonomia para expressar os seus sentimentos. Grande parte dos que aqui estão e dos colegas Deputados que fazem parte desta Casa também já foi estudante; alguns ainda são e convivem também com as agonias e os sofrimentos que são inerentes à juventude. Sr. Presidente, estou acompanhando o problema que envolve a classe dos professores da rede estadual do nosso Estado não apenas nesta Casa, mas também pelos quatro cantos de Minas Gerais ou por onde quer que eu ande. Gostaria de dizer para os jovens alunos que se encontram nas galerias que há algo que me preocupa e que não é uma novidade nesta Casa: quando vem à tona alguma discussão que mexe com os anseios da população e com grande parte dos servidores públicos do Estado, há sempre um grupo de colegas Deputados e Deputadas que gostam de jogar com a plateia, de fazer com que as galerias fiquem cheias para utilizarem a TV Assembleia para iludi-las. Aliás, há alguns anos, de forma brilhante, o Deputado Alencar da Silveira Jr. ajudou a criar essa televisão justamente para mostrar à população de Minas Gerais o que os Deputados realmente fazem nesta Casa e os seus trabalhos do dia a dia. É inadmissível e incorreto que colegas Deputados e Deputadas tenham a postura, como têm neste momento, de querer iludir a população de Minas Gerais, subir à tribuna e dizer que determinado projeto não foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Em 2004, 2005 e 2006 fiz parte dessa Comissão, que tem a obrigação exatamente de dar ou não prosseguimento às matérias desta Casa - aliás, dar prosseguimento àquelas que não firam o princípio da constitucionalidade e da justiça. Deputado Weliton Prado, a Comissão de Constituição e Justiça - aliás, era uma briga permanente que eu tinha nessa Comissão - não está livre de julgar o mérito da questão elencada, mas, sim, se àquela matéria se pode dar prosseguimento nesta Casa. Da mesma forma, caro Presidente, no Congresso Nacional, onde o atual Presidente tem a maioria esmagadora dos Deputados que ali estão, seja por meio de mensalão - que, aliás, nesta Casa, não ocorre, caro Deputado Weliton Prado -, o governo federal não trabalha nem vota os interesses da população do Brasil. Os aposentados estão sofrendo com o reajuste de 7%, e o Presidente da República ainda quer vetá-lo. O pré-sal favorece apenas dois Estados da Federação: Rio de Janeiro e Espírito Santo. Estados governados pelos seus aliados têm sido favorecidos em detrimento dos outros 25 Estados da Federação. Será que, se aprovássemos a partilha do pré-sal, não poderíamos dar reajuste aos salários dos professores? O governo de Minas reconhece que isso é justo, sabe das suas responsabilidades e não trabalha de forma eleitoreira. Nos últimos três anos, caros estudantes que se encontram nas galerias, tive a oportunidade de fazer parte deste governo. Fui Secretário de Esportes e Juventude, trabalhei de forma honrada e séria, e nunca joguei para a plateia, para que os jovens deste Estado tivessem uma qualidade de vida melhor no futuro. Demos oportunidade de cobrir grande parte das escolas estaduais do Estado. A Secretaria de Educação tem dado todas as condições para que os alunos possam desenvolver e fazer suas atividades. Acredito, Sr. Presidente, que nesta hora, devemos - volto a dizer - ser transparentes e honestos. Não é porque as eleições estão chegando, não é porque estamos pretendendo alcançar voos políticos mais altos que devemos colocar a mentira acima de qualquer coisa. Digo a cada um dos jovens que aqui estão: política se faz com verdade e lealdade, mas, sobretudo, com ética e transparência. Todos nós somos sinceros e reconhecemos a importância que os professores têm na formação de cada um, mas não podemos, de forma alguma, vencer a legalidade e a justiça do nosso país, até porque o Presidente Luís Inácio da Silva ajudou a fazer esta Constituição. Sr. Presidente, peço que encerre a reunião, de plano, uma vez que não temos quórum para a continuação dos nossos trabalhos.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Resolução nºs 3.928 e 3.970/2009 e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, 3.138, 3.518, 3.547 e 3.654/2009; e, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.391, 4.071, 4.085, 4.086/2009, 4.135, 4.137, 4.138, 4.145, 4.146, 4.222, 4.223 e 4.316/2010, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/5/2010

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Fazenda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca. (Urgência.)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 25/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.491/2010, do Deputado Fahim Sawan.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 59/2010, do Procurador-Geral de Justiça; e 60/2010, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 4.256 e 4.413/2010, do Governador do Estado; 989/2007, do Deputado Braulio Braz; 3.180/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 3.784 e 3.786/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.986/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.230/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.247/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.434/2010, do Deputado Célio Moreira; 4.443/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.497/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.498/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.502/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.513/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.515/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 4.521/2010, do Deputado Ivair Nogueira e do Deputado Domingos Sávio; 4.524/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.528/2010, do Deputado Irani Barbosa; 4.541/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.543/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.547/2010, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 520/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 723/2007, do Deputado Chico Uejo; 4.171/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz; 4.232/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.262/2010, do Deputado Delvito Alves; 4.345/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.378 e 4.379, 4.380 e 4.381/2010, do Deputado Mauri Torres; 4.486 e 4.488/2010, do Governador do Estado; 4.490/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.493/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.494/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.500/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.504/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.505/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.509/2010, do Deputado Irani Barbosa; 4.514/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.519/2010, do Deputado Ademir Lucas; 4.520/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.522/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.523/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.525/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.529/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.530/2010, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.531 e 4.532/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.534/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.535/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.537/2010, do Governador do Estado; 4.538/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.539/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.540/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.542/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.544 e 4.545/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.546/2010, da Deputada Gláucia Brandão; 4.551/2010, do Deputado Padre João; 4.552/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.553/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.556 e 4.557/2010, do Deputado Walter Tosta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 25/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.124/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.027/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 25/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.012/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.200/2010, da Comissão de Minas e Energia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 25/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 4.144 e 4.257/2010, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.234/2010, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.821/2008, da Deputada Ana Maria Resende.

Requerimentos nºs 6.002/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.013 e 6.016/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.025/2010, do Deputado Duarte Bechir; 6.120 e 6.122/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.124 a 6.176/2010, do Deputado Weliton Prado, e 6.192/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 25/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.456/2010, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.714 e 3.776/2009, do Deputado Padre João.

Requerimento nº 6.014/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 25/5/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica, e 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente, 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares para atendimento pediátrico em regime de internação, 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica, 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007, 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo o imóvel que especifica, 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus, 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica, 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica, 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001, 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/1995, 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica, 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado, 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica, 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica, 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica, 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica, 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica, 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica, 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica, 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica, 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica, 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica, 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica, 4.222/2010, do

Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas no Estado, 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas no Estado, 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007, e 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2010, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, e 4.136/2010, do Governador do Estado; e o Parecer sobre Emendas e Substitutivo apresentados em Plenário no 1º Turno ao Projeto de Lei Complementar nº 35/2007, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2010.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2010, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e de votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2010.

João Leite, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/5/2010

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cumprimento, em especial, os servidores do Judiciário e, de forma mais especial ainda, os professores da rede estadual de ensino, que, desde o dia 8 de abril, se encontram numa grande jornada em defesa da educação de Minas Gerais. Se até hoje eles se encontram numa legítima greve é por causa do descaso e da falta de diálogo por parte do governo de Minas Gerais. É inadmissível que um governo que se diz democrático não tenha recebido a contento e no tempo hábil o Sind-UTE, sindicato representante da categoria, para uma negociação. Foi necessária uma intermediação da Assembleia Legislativa, por meio de um pedido do nosso Bloco da Oposição, composto pelo PT-PMDB-PCdoB. O nosso Líder, Deputado Padre João, e o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, intermediaram para que o governo se sentasse à mesa de negociação. Esperamos que o governo do Estado, por meio da Secretária de Planejamento Renata Vilhena, sinalize o atendimento, de forma clara e objetiva, do que foi apresentado na mesa de negociação.

O primeiro ponto foi a garantia de que não haverá corte referente aos dias paralisados. Não poderá, portanto, haver esse corte. Diante disso, pode-se exigir à reposição das aulas, porém com a garantia do salário dos professores, porque a greve é um direito legítimo do servidor público. A segunda questão diz respeito à suspensão imediata de qualquer tipo de demissão arbitrária em virtude da greve. Portanto, é preciso que a Secretaria de Educação suspenda as cartinhas e os comunicados ameaçadores. Em nada contribui, neste momento, para o diálogo mandar carta para o servidor, ameaçando-o de demissão ou substituição. De forma muito especial, esperamos que o governo sinalize, claramente, a intenção de incorporar as gratificações ao vencimento, para que Minas Gerais possa, em curto e médio prazos, corrigir o erro cometido no passado, garantindo o pagamento do piso nacional do professor do ensino básico em nosso Estado. Temos, de forma muito clara, um piso estabelecido pela lei federal, pelo governo do Presidente Lula. Num primeiro momento, esse piso era de R\$1.316,00, mas houve uma reformulação do cálculo. Podemos, então, até dizer que é de R\$1.024,00, se for o caso, para uma jornada no máximo de 40 horas. Aqui em Minas temos direito a uma jornada de 24 horas, que já é praticada pelos professores. Queremos, assim, o piso salarial para a jornada de 24 horas na rede estadual de ensino.

Então, é importante que o governo promova o atendimento dessas questões. Temos a convicção de que, na assembleia soberana, que os professores e o sindicato vão realizar agora, eles saberão tomar a melhor decisão, escolher a melhor saída. Também temos plena confiança na direção do movimento do sindicato. Assim, mostraremos que o que queremos para Minas Gerais é uma educação de qualidade, e, sem dúvida alguma, isso pressupõe a valorização dos professores.

Não é possível falar em ensino de qualidade sem se valorizar o professor, como também não é possível falar num Estado que tem a 3ª maior arrecadação do País, mas que paga o 8º pior piso salarial. Uma professora está me corrigindo e dizendo que Minas Gerais tem a 2ª arrecadação do País. Apesar de o governo ter medo de falar nisso, é importante dizer que, na crise de 2009, realmente o Presidente Lula tinha razão, ao dizer que para o Brasil seria "uma marolinha". No entanto, o Brasil, através de políticas anticíclicas, de políticas de valorização do mercado interno e de intervenção do Estado na economia, especialmente nas estatais, conseguiu enfrentar a crise. Nosso país foi um dos últimos a entrar na crise e um dos primeiros a sair, graças a uma política econômica correta e de valorização do mercado interno das nossas estatais; porém, o mesmo não podemos dizer quanto a Minas Gerais. A crise econômica em nosso Estado foi um verdadeiro "tsunami". Temos aqui uma economia mineira primária, baseada apenas na exportação do minério de ferro e na exportação das "commodities" agrícolas. Não é à toa que o Estado realmente viveu uma grande crise econômica por incompetência desse governo e por uma visão neoliberal. Mas isso não tira a condição

de Minas Gerais ser um Estado rico, mas que paga um péssimo salário aos professores e aos servidores públicos.

Portanto, esperamos que o governo tenha essa compreensão e finalize o seu mandato de forma muito correta e acertada com os servidores públicos. Que o governo, aliás, procure destravar a tramitação no Plenário do Plano Decenal de Educação, que aponta que Minas Gerais precisa ter uma educação de melhor qualidade e valorizar todas as escolas, rompendo, assim, essa visão da escola de excelência. Afinal, são poucas as escolas que criam um espaço verdadeiramente democrático e que valorizam o servidor público.

Gostaria ainda de dizer a vocês que se trata de um privilégio de cabeça para baixo esse não investimento na educação, pois este governo não tem compromisso com as áreas sociais. A excelência da gestão deste governo, o chamado choque de gestão, ocorre somente em infraestrutura. Só existe choque de gestão para construção de novos palácios, como é o novo palácio do governo, ou da Linha Verde. Nestes últimos sete anos, o servidor público e as áreas de investimento social sofreram muito. Minas Gerais tinha quase 30% de aplicação de sua receita corrente líquida na educação em 2001, e esse indicador caiu para 14% em 2009. Se há uma marca que este governo vai deixar, essa marca seria a de que o governo não investe no social. O mais dramático disso tudo é que, enquanto tivemos um aumento de investimento em infraestrutura de 220%, tivemos uma queda em todos os indicadores sociais. Além da educação, podemos citar também a área da saúde. Numa recente reportagem, publicada no dia 15 de maio pelo jornal "Folha de S. Paulo", cujo título era "13 Estados da Federação investem menos do que o mínimo em saúde", verificamos que a Constituição da República estabelece que os Estados devem investir, no mínimo, 12% de suas receitas correntes líquidas.

Pasmem os senhores, aqui lideram, em 1º e em 2º lugares, o "ranking", só que é um "ranking" de cabeça para baixo, de baixo para cima, justamente os dois Estados governados pelos governos tucanos, pelos governos neoliberais. Em 1º lugar está o Rio Grande do Sul, que aplica apenas 4,37% de sua receita com a saúde, e, em 2º lugar, de baixo para cima, o Estado de Minas Gerais, que aplica 8,65% de suas receitas.

A reportagem diz: "O Ministério da Saúde afirma que metade dos Estados investiu em saúde valores mais baixos que os determinados pela Constituição. Em 2008, 13 Governadores deixaram de aplicar, juntos, R\$3.100.000.000,00 em hospitais, remédios, exames, cirurgias e equipamentos médicos. Com esse valor, seria possível construir 60 hospitais de médio porte, com 150 leitos, ou comprar todos os remédios do programa brasileiro de aids, ao longo de três anos.

A Constituição obriga os Estados a investirem, no mínimo, 12% de sua arrecadação própria em ações de saúde pública. O Ministério analisou os balanços de todos os Estados, referentes a 2008, e verificou quais cumpriram a lei. Os Estados negam haver problemas. O Rio Grande do Sul foi o Estado que ficou mais longe do piso de 12% - aplicou, em 2008, apenas 4,37%. Em seguida, ficou Minas Gerais com 8,65%. Na outra ponta da lista, entre os Estados que mais aplicaram em saúde naquele ano, está o Estado do Amazonas, que investiu 21,39%". E Minas Gerais insiste em não cumprir o investimento na saúde, porque faz uma maquiagem. O choque de gestão tem a marca da maquiagem. Isso porque, no momento de prestar contas ao Tribunal de Contas, o Estado inclui, como se fosse gasto de saúde, os gastos que têm, por exemplo, com a rede de esgoto da Copasa. Entretanto, a rede de esgoto da Copasa é uma rede tarifada, ou seja, o consumidor já paga por ela. Somos nós que pagamos pelo tratamento de esgoto, mas ele inclui esse investimento como se fosse gasto próprio da saúde, maquiando as contas públicas da saúde.

O governo também inclui, como se fosse saúde, o gasto com a saúde animal: vacina para febre aftosa e vacina contra a raiva, como se isso fosse saúde humana, saúde do SUS. E o que é pior, aquele desconto que o servidor tem na folha de pagamento, para o plano de saúde do Ipsemg, pasmem os senhores, ele inclui como se fosse um investimento próprio da saúde, um investimento que ele já desconta do servidor e que na maioria das vezes, nem chega aos hospitais do Ipsemg. Aliás, esse dinheiro do Ipsemg sequer está sendo utilizado para fazer uma saúde de qualidade para o servidor público, porque o Ipsemg, no Estado, vive uma situação de calamidade e miséria. Não é à toa que o povo de Minas Gerais, dentro de um regime democrático e legítimo, terá sabedoria e inteligência para atuar como um grande árbitro, um grande juiz, no ano de 2010. É chegado o momento de o povo fazer o julgamento dos seus gestores, e, pelo andar da carruagem, dos acontecimentos, o povo de Minas Gerais está sinalizando que não está satisfeito com o que vem sendo feito em Minas Gerais. Não é à toa que o próprio Governador, candidato oficial do Bloco da Situação, do Bloco Tucano, está com dificuldades de emplacar nas pesquisas eleitorais. Em todas as pesquisas, esse candidato não passa do 4º lugar, porque o povo de Minas Gerais está tendo a compreensão de que o projeto que governou o nosso Estado nos últimos sete anos não promoveu a devida melhora na qualidade de vida do povo mineiro.

Em contrapartida, o povo tem identificado que o projeto nacional sob a liderança do Presidente Lula encontra cada dia mais respaldo popular. Não é à toa que o povo de Minas Gerais tem constatado que esse projeto nacional está bem avaliado. Temos hoje um Presidente da República com a maior aprovação popular. E não é à toa que as últimas pesquisas da Vox Populi e da Sensus mostram que a candidata que representa esse projeto está liderando as pesquisas e já passou o candidato tucano. Isso mostra que em uma democracia, por mais que haja censura contra a imprensa, abuso de poder econômico e distorção da verdade, o povo é muito sábio e inteligente e saberá escolher o melhor caminho.

Queremos reafirmar a nossa posição, a posição do Bloco da Oposição, do PT, do PCdoB e do PMDB, estamos solidários com os professores e as professoras de Minas Gerais. Sabemos que o movimento deles é legítimo. Os professores e professoras só saíram da sala de aula porque lá estava impossível de exercer com dignidade a sua profissão.

Nossa solidariedade, pois. Estaremos aqui firmes para cobrar do governo do Estado uma postura firme de pagamento do piso nacional do professor também em Minas Gerais. Boa sorte para os professores e as professoras de Minas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, minha saudação também aos colegas Deputados. Uma saudação muito especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação presentes nas galerias, servidores do Judiciário, do Sinjus, do Sindojus e do Serjusmig, que também estão em luta aguardando uma posição do Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, para garantir essa recomposição dos salários dos servidores do Judiciário, uma correção de 10,14%, que é justa.

É importante destacar o empenho desta Casa em intermediar essas situações delicadas, seja do Tribunal de Justiça, seja de trabalhadores e trabalhadoras da educação, seja dos funcionários da Unimontes. Na Unimontes, há a greve do corpo docente, dos professores, que tiveram assembleia na semana passada e mesmo aqui, no início da negociação, Deputado Carlin Moura, eles decidiram pela continuação da greve. Os técnicos ligados à Unimontes, do Hospital Universitário, decidiram pela suspensão da greve confiando em um grupo de trabalho criado pela Secretaria de Planejamento e Gestão.

Ontem tiveram uma reunião. E foi uma grande decepção. Não podemos permitir que o governo, com criação de grupos de trabalho, proteja, enrole e não resolva nada.

O governo tem de dar indicativos concretos porque, caso contrário, não podemos ser aval de algo sobre o qual também não temos segurança. Basta o exemplo delicado do que aconteceu com o Tribunal de Justiça, ou seja, que já houve tempo necessário para o Desembargador Sérgio Resende ter enviado para esta Casa nova mensagem garantindo a recomposição de 10,14%. Então me senti enganado com essa questão do TJ, e estamos aguardando ainda. O Desembargador pode não ter autonomia, mas houve reunião da Corte na quinta-feira o dia inteiro. Já deu tempo.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, digo que toda relação deve ter confiança, mas deve haver sinais bem concretos das partes para resolver a questão. Participamos do dia em que aconteceu aqui a última assembleia da educação e, naquele mesmo dia, sentamos com o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e com a coordenação do Sind-UTE, pedindo ao Presidente que também se empenhasse em uma abertura de negociação. E isso foi feito. Ainda participamos da reunião, e ali foi dado um tempo. E só hoje, na última hora, chegou a contraproposta do governo. Não quero aqui antecipá-la, pois, em respeito à sua coordenação, quero que o Sind-UTE a apresente na assembleia. No entanto digo a vocês que, do jeito que ela está, é temerário. Há menos de 1 hora, tive acesso à contraproposta e, há menos de 15 minutos, procurei o nosso Líder de Governo, Deputado Mauri Torres, que, de imediato, entrou em contato com o Presidente da Casa para dizer-lhe que, do jeito que a coisa está, cremos que será difícil os trabalhadores a acatarem ou a assembleia encerrar a greve. Será difícil porque, quando a Secretária Renata Vilhena expôs a dificuldade - para não dizer impossibilidade - de assumir o piso, que é a reivindicação principal e justa, dizia que era possível um estudo para incorporar algumas gratificações - não é mesmo, Deputado Carlin Moura? Nesse momento, perguntei quais eram concretamente. Isso porque a parte concreta é que nos dá segurança, também como Deputados, para estarmos como aval nessas negociações. É essa confiança que nos falta, Deputado Carlin Moura.

Tivemos uma audiência aqui, e há dois meses os servidores do Hospital Universitário da Unimontes estão em greve. Eles saíram decepcionados da reunião de ontem, pois nem sequer foram criados grupos de trabalhos que levassem o problema a sério, a fim de que, em curto prazo, recebessem uma proposta concreta, viável e exequível. É isso que é preciso, senão não tem jeito.

Tempo, na verdade, até que temos. É preciso que fique muito claro, porque, às vezes, os próprios colegas Deputados têm dúvidas. A reestruturação de uma carreira específica ainda pode ser feita. Em reunião com o Governador, disseram-nos que pode para outros Poderes. Mas, de fato, pode para o Executivo. Temos projetos de lei garantindo reajuste aos servidores públicos, como o projeto de lei complementar que concede 15% de reajuste aos servidores de final de carreira da Polícia Civil, vinculada ao Poder Executivo, e não ao Tribunal de Justiça. A decisão é clara, e fizemos questão de divulgar isso.

Não tenho dúvida de que a reestruturação de uma carreira específica pode ser feita até o final de junho. Eu seria irresponsável se dissesse que existe dinheiro, que não afeta a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas posso assegurar que muitas carreiras foram tratadas de forma diferenciada. Não falarei da importância de cada carreira, mas, se em algumas delas o salário-base é superior ao mínimo, por que tiveram reajuste de 15%, enquanto outras carreiras em que o salário-base é inferior ao mínimo tiveram apenas 10% de reajuste? A lógica do governo é outra.

Deputado Carlin Moura, aprendi e tenho a convicção de que sou Deputado dos 853 Municípios mineiros, sou Deputado de todo o povo mineiro, ou seja, de quase 20 milhões de habitantes. A prioridade da nossa ação é a população mais pobre. Não tenho medo de dizer isso, não estou aqui a serviço da Vale nem da CSN, e sim a serviço dos mais pobres, dos mais "lascados". Essa é a minha convicção, essa é a minha ação.

Vejam as emendas do Orçamento. Vejam o valor que destinei à minha querida Ouro Branco, meu domicílio eleitoral, com todo o respeito: zero. Destinei recursos a hospitais filantrópicos, muitos abandonados e até fechando, como o de Piranga, com 51 leitos; destinei recursos também a asilos, a fazendas de recuperação de dependentes químicos. O Estado não tem políticas eficientes para essas áreas. Minhas emendas não foram pagas por perseguição, mas isso não nos cala, porque não estamos aqui por um razão única de dinheiro. O nosso primeiro dever é legislar e fiscalizar. Queremos, sim, ajudar essas entidades que estão fazendo o papel do Estado, que estão remediando as deficiências das políticas públicas, aquelas voltadas para crianças, jovens, idosos, dependentes químicos e excluídos. Infelizmente, o governo está punindo não a mim, mas aos pobres de Minas Gerais.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)* - Ilustre Deputado Padre João, que tão bem dirige os rumos do bloco opositor ao governo, temos o maior respeito por V. Exa. nessa condução. Gostaria de trazer aqui também a palavra do PMN. Neste momento que Minas vive, no qual estamos todos unidos rumo à solução para o movimento grevista, especialmente o da educação, quero sugerir a V. Exa., como Líder e homem religioso que é, e aos demais pares desta Casa que encaminhassemos o debate para o caminho da solução.

Deputado Padre João, diante do sofrimento e da falta de esperança dos que militam na educação do Estado e vêm aqui para buscar um caminho que tem o objetivo de terminarmos com a greve, vemos muitas pessoas fazendo política com o pessoal. Esse sentimento que nos nutre é pela solução. O PMN junta-se ao discurso de V. Exa. com o objetivo único de buscar o entendimento e uma alternativa que vise a pôr fim no movimento grevista e atender aos anseios dos profissionais da educação. Não podemos aceitar que qualquer um ou algum partido se utilize do momento para tirar proveito próprio em detrimento do sofrimento de muitos que vêm aqui buscar esse apoio. Quero aqui dizer que a educação de Minas Gerais é reconhecida em todo o Brasil pelo nível dos seus profissionais. Agradeço-lhe o aparte.

O Deputado Padre João - Obrigado, Deputado Duarte Bechir.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que é um compromisso de todos nós, seja da Oposição, seja da base do governo, de recorrer ao Deputado Mauri Torres, Líder, e ao Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, para que haja empenho. Neste momento, é importante a atuação da base do governo junto ao Líder e ao Presidente, solicitando esse empenho do governo e da Secretária Renata Vilhena, para que aja concretamente, a fim de que ocorra o fim da greve - aliás, fim da greve com a segurança da não demissão, do não corte de pagamento, assim como a segurança total, no mínimo, da incorporação de gratificações que garanta justiça para o trabalhador da ativa, o pensionista ou o aposentado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde! Mais uma vez, quero parabenizar cada um dos senhores pela mobilização. Isso demonstra que o servidor não é bobo, não aguenta mais essa situação de exclusão e de salário de fome e levantou a cabeça. É impressionante! Não me lembro nem tenho conhecimento de um movimento tão forte no Estado como o dos servidores que estão mobilizados em todos os cantos do Estado e todas as regionais.

Se o governo, a princípio, ficou de braços cruzados, se não deu a mínima para o servidor, é porque há aquela máxima - conversei com o Deputado agora, ele estava falando sobre isso - de que greve é igual a CPI, sabe-se o jeito que ela começa, mas não se sabe como termina. Às vezes termina em "pizza" e, em outras, em porrete.

A mobilização dos servidores é impressionante. Estive agora na praça e tive o prazer de acompanhar passo a passo a luta dos servidores - estive em todas as mobilizações, em todas as assembleias. O movimento vem crescendo a cada dia que passa, há envolvimento dos estudantes e os pais estão compreendendo, porque não estão caindo mais em mentira e enganação. Está aqui o salário que o governo menciona. O piso remuneratório é enganação, mentira.

Tenho aqui um contracheque. O servidor tem nome, endereço, CPF. Aqui está o valor que ele recebe. Essa é a verdade, a realidade dos servidores. O servidor tem remuneração básica de R\$378,46. O governo diz que, em Minas Gerais, nenhum servidor recebe menos que o mínimo, porque há as gratificações. Falo, provo e provarei. Está aqui: Marina Maria Siqueira Machado, Vice-Diretora Técnica Ambulatorial, servidora com mais de 25 anos trabalhados; Polícia Militar de Minas Gerais, Diretoria de Recursos Humanos. Sabem de quanto é a remuneração básica? De R\$245,62. Sabem quantos anos trabalhados? Vinte e cinco anos. Sabem quanto a servidora ganha com quinquênios, com todas as

gratificações? O salário total dela é de R\$487,70; é menos de um salário mínimo. O servidor não aguenta mais ser humilhado, tripudiado, ameaçado, perseguido, não aguenta mais receber salário de fome. Não dá para justificar, porque em Minas Gerais a arrecadação sobe. A previsão do Orçamento é de R\$46.000.000.000,00. Quando o Governador Aécio Neves entrou, ele era de R\$17.000.000.000,00! E o salário dos servidores aumentou três vezes nesse período? Não, mas o orçamento aumentou. Entretanto, na hora de se cobrar água, luz, IPVA, não têm dó. O cidadão precisa pagar. O governo cobra 42% de ICMS! Mas não tem choro; aumenta-se a arrecadação e, mesmo assim, o ICMS do álcool aqui é mais caro que nos outros Estados. Está na contramão, porque não se preocupa com as pessoas, com o ser humano, com os educadores. Dizemos que a educação é o futuro deste país, mas ela é o presente também, porque nossos educadores têm o papel de ajudar na formação dos cidadãos, das nossas crianças, dos nossos jovens. Como daremos dignidade, quando pensamos no crescimento e no desenvolvimento do País, com o professor recebendo menos que um salário mínimo? Isso realmente é uma vergonha, um desrespeito total, o que não podemos aceitar. Se houver um servidor demitido, um servidor perseguido, será nosso papel - até proponho isso ao Bloco PT-PMDB-PCdoB - fazer obstrução total, parar a Casa e não votar mais nada. Não podemos aceitar perseguição, não podemos aceitar demissão. O movimento dos servidores é legítimo. Eles estão brigando para que a Lei Federal nº 7.387 seja cumprida, pois, se é lei, deve ser cumprida. Entretanto o governo é o primeiro a descumprir a legislação.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelo assunto que traz a esta tribuna. Parabênico os profissionais da educação do Estado pela sua luta, que é coerente e justa. Acima de tudo, os servidores da educação vêm lutando com muita garra por salários dignos. Respeito a categoria desses profissionais que tanto têm contribuído para Minas Gerais. Tenho até recebido "e-mails" de professoras e professores, em que solicitam uma manifestação aqui na tribuna. Portanto quero aproveitar este momento para dizer novamente que a luta é justa, coerente.

A luta é, acima de tudo, por dignidade, para que recebam um salário digno. Portanto, os Deputados desta Casa devem apoiar a luta dos professores; acima de tudo, devem fazer a interlocução com o governo do Estado.

Aproveito para dizer que os servidores do Tribunal de Justiça se encontram aqui, para solicitarem o que lhes está sendo negado. Enquanto todos os demais servidores receberam pelo menos o reajuste mínimo, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais se nega a conceder o reajuste acordado com os servidores do Judiciário. Os servidores acordaram um percentual com o ex-Presidente, Desembargador Sérgio Rezende. Não é nem reajuste, mas uma recomposição salarial de 10,14%. Infelizmente, os Presidentes foram trocados e, até este momento, não há uma proposta concreta. Recebemos um ofício do Desembargador Sérgio Rezende, dizendo que apoiava e endossava a proposta; todavia, é preciso que o atual Presidente do Tribunal se manifeste, mandando a esta Casa apenas uma emenda, para consolidar a recomposição de 10,14% dos servidores do Judiciário.

Quero esclarecer às galerias da Casa que este Deputado não vota contra servidor público em hipótese alguma. Votamos favoravelmente à matéria, porque não votamos contrariamente aos interesses dos servidores públicos. Talvez devessem consultar o Deputado Padre João e o próprio Deputado Weliton Prado, pois eles sabem que votamos favoravelmente. Se quiserem fazer a pergunta ao Deputado, ele poderá tirar a dúvida.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita aos servidores que se encontram nas galerias, os quais recebemos aqui com todo respeito, que permitam o Deputado falar. É digna a manifestação, mas ela deve ser feita sem excesso, para que o Deputado possa falar e ser ouvido. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Obrigado, Sr. Presidente. Deputado Weliton Prado, V. Exa. também tem feito cobranças quanto a essa questão dos servidores. Diante disso, peço-lhe que cerremos fileiras para que o atual Presidente do Tribunal entenda que chegou a esta Casa um ofício do ex-Presidente, concordando e referendando a recomposição salarial de 10,14% para os servidores do Judiciário. Se o Presidente anterior mandou uma mensagem a esta Casa, cabe ao atual Presidente enviar uma emenda ao Projeto de Lei nº 4.389. É possível apresentar emenda ao projeto, no 2º turno, desde que haja acordo de Líderes. Certamente, quanto a essa questão, nenhum Líder desta Casa seria contra uma emenda do Tribunal. Os servidores podem continuar contando com nosso empenho e apoio. Vamos continuar fazendo cobranças ao governo para que não só os servidores do Tribunal de Justiça, mas também os servidores da educação tenham, no mínimo, dignidade para trabalhar. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - No que depender de nós, somos totalmente favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 4.389. Parabênico o Serjusmig pelo empenho. Faço justiça ao Deputado Sargento Rodrigues, pois ele não consta da lista dos Deputados que votaram contra. Estou recebendo um grande número de "e-mails", mas, infelizmente, não temos como ler e analisar todos. Na verdade, demoramos mais de uma semana para analisar aqueles que lemos. Porém, quero ler este, que reflete a realidade e o momento de indignação e revolta dos servidores. (- Lê:)

"Queremos registrar nossa indignação e descontentamento com os nossos governantes mineiros em relação aos educadores. Propagandas sugestivas e de impacto escondem e disfarçam uma realidade alarmante: o desrespeito aos direitos dos trabalhadores na educação. Não temos aumento há 10 anos; férias-prêmio, só quando o governo decide; o piso salarial de R\$950,00 só apareceu nos jornais, revistas e propagandas. Não podemos e não vamos fechar os olhos ao modo como estamos sendo tratados. E os senhores não podem se esquecer de que são nossos representantes, eleitos por nós, e, como tais, devem estar do nosso lado, lutando para que nossos direitos sejam respeitados. Não queremos mais mentiras ou desculpas. Não vamos desistir. Será que vamos ter de paralisar nossas atividades para sermos ouvidos? Não parece um absurdo uma professora iniciar uma carreira com um salário que não chega a R\$400,00? Uma vergonha para Minas Gerais".

Esse é o nível de descontentamento dos servidores do Estado de Minas Gerais, que estão cobertos de razão. Não há como sobreviver com um salário medíocre, de fome, como o que recebem os servidores. Assim, quero dizer que tenho muito orgulho de ver esse sentimento de indignação sendo exposto com muita energia, com muita vontade de transformação e com muita coragem. É preciso mesmo ter coragem para enfrentar todas as perseguições de que são vítimas, como ter os pontos cortados. O servidor, que já recebe uma miséria, menos do que o salário mínimo, tem também o seu salário cortado e ainda resiste bravamente. O servidor tem de ter muita coragem para, mesmo recebendo a ameaça de demissão ou de receber uma avaliação negativa de desempenho, continuar firme na luta defendendo seus direitos. Isso é realmente motivo de orgulho e um exemplo para todos nós. A categoria chegou ao ponto de não aceitar mais as coisas como estão; já chegou no fim do túnel - não tem mais luz; é preciso ter mudança, alteração. Não adianta mais usarem a Lei de Responsabilidade Fiscal como desculpa. Quando o governo quer, quando é bom para ele, sempre dá-se um jeito, não tem lei a seguir: aumentam-se impostos, isentam-se locadoras de veículos, constrói-se o Centro Administrativo, de R\$2.000.000.000,00; faz-se tudo. Comprou até dois caveirões para reprimir os servidores, atitude condenada até pelo próprio ex-Subsecretário de Defesa Social Sartori. Mas aí, não tem problema; não tem Lei de Responsabilidade Fiscal, não tem qualquer ilegalidade, tudo é possível. Agora, quando é para atender os servidores, dão-se muitas desculpas. Com todo respeito aos servidores dos outros Poderes, votamos aqui o pagamento retroativo, que é muito correto; mas por que não se pôde votar a emenda que apresentamos pela qual se pagaria o retroativo aos servidores da educação? Se foi pago ao Judiciário, ao Tribunal de Justiça, por que não se pode pagar aos servidores da educação? É muito simples: os servidores querem ser respeitados; querem que a lei federal seja implementada e que o governo estabeleça o piso nacional dos servidores da educação, cujo salário-base é de R\$1.312,00. Os servidores não aceitam enganção nem penduricalhos. Aprendi com minha finada mãe que, quando se dá a palavra, é preciso honrar o que se disse, é preciso cumprir o que se prometeu. E o governo prometeu que iria garantir um piso salarial para os servidores e que os servidores de Minas Gerais seriam um dos mais bem remunerados do País. Mas isso não é verdade, não aconteceu. Era só não prometer; mas, se prometeu, tem de cumprir. E é direito dos servidores reivindicar a implementação do piso nacional.

Realizamos hoje, a requerimento nosso, uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos - pelo que aproveito para cumprimentar o

Deputado Durval Ângelo - para tratar das ameaças e perseguições aos professores que lutam pela implementação do piso em Minas Gerais. Foi uma audiência muito importante, e vamos encaminhar todas as documentações e resoluções à Secretaria de Estado.

Outro ponto que discutimos foi que os servidores não estão contemplados nas propostas apresentadas pelo governo. Não adianta apenas os servidores reporem os dias parados, pois isso eles sempre fizeram, e continuarão fazendo, pois nunca fugiram de suas obrigações.

Se houver a demissão de algum servidor, a nossa proposta será com a paralisação total. Não votaremos mais nada nesta Assembleia, ou seja, pararemos tudo, obstruiremos tudo. A proposta do Bloco PT-PMDB-PCdoB é de paralisação e obstrução total e legal, até que o governo realmente sinalize uma proposta decente aos servidores, que é apenas a implementação do piso nacional em Minas Gerais. Por que o Estado não cumprirá a lei federal? Nossa proposta é cumprir a lei federal e implementar o piso nacional dos servidores da educação em Minas Gerais. E eles estão corretíssimos em não aceitar isso. Levantem a cabeça, pois nada vem de graça, não há vitória sem luta. Sempre falo que o governo é como feijão: se não for na pressão, será na mobilização. Também água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Isso mostra a grande indignação dos servidores, que não aguentam mais sobreviver com esse salário de fome, abaixo de um salário mínimo. Agora eles disseram que não aceitam mais essa situação, e realmente o governo tem de se posicionar, não há outra saída. Para os outros setores ele resolve o problema, no entanto, quando se fala em ser humano, principalmente em servidor da educação, infelizmente não há prioridade. Será que o governo não quer cidadãos mais críticos, mais conscientes, que reivindiquem seus direitos? Eu acho que é isso que ele não quer. E mais, os servidores contribuem para o Ipsemg, todo mês isso é descontado em seus contracheques, mas há um projeto na Casa para confiscar o dinheiro deles, dar calote. É mais de R\$1.800.000.000,00 que o governo pretende desviar dos servidores. Realmente isso não pode acontecer.

Agradeço a cada um, parabenizando-os. A luta continua, pois sem luta não há vitória. Abraços e obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras presentes nas galerias, o que nos traz aqui, mais uma vez, é a preocupação com o descaso com que o governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, vem tratando essa greve.

Como dizia ao nosso Líder e Presidente, Deputado Mauri Torres, as informações prestadas ao Governador Anastasia não condizem com a realidade. Estão dizendo-lhe, de forma totalmente equivocada, que não há greve e movimento algum; que há apenas meia dúzia de pessoas em greve. Mas o Governador não está viajando pelo Estado para comprovar o que acontece na realidade. Minas Gerais vive novamente a ditadura de 51. Vivemos a mordaca e a censura da imprensa, que não divulga nada que não seja favorável ao atual governo.

Estamos solidários aos professores. Recebi várias professoras em meu gabinete, quando lhes disse que, se houver demissão de qualquer funcionário da educação neste governo, faremos vigília e o enfrentaremos de qualquer forma. Não permitiremos que essas ameaças sejam concretizadas, e vocês devem estar solidários a isso. O governo gosta de ameaçar e de mentir para o povo, e às vezes aceitamos isso com muita tranquilidade. No entanto a Assembleia Legislativa, não em sua maioria, não permitirá demissões num movimento grevista. Faremos o possível e o impossível para enfrentarmos o governo do Estado. Este é um governo que tem manipulado todos os dados estatísticos do Estado de Minas Gerais. Quando foi aprovar os famigerados 10% de aumento, alertei-o de que havia emendas, um artigo naquele projeto, em que parte dos professores teria uma diminuição do seu salário. Num primeiro momento, pensaram que eu estava fazendo oposição ou apenas criticando.

Ao analisar, viram que, de fato, o projeto falava que dava 10% de aumento, Presidente, mas na verdade haveria categoria que teria diminuição de 2% a 3%. Esse é um governo que evita dialogar com as professoras e com o pessoal da educação. Precisamos fazer a nossa barreira, estar solidários e juntos.

Disse hoje ao Deputado Weliton Prado que sabemos como começa a greve, mas às vezes não sabemos como ela pode terminar. Já participei de muitas, como o movimento que lutou pela liberdade de imprensa. Lutamos pela liberdade do nosso país, e hoje, com muita tristeza, vemos que o Estado de Minas Gerais, que tem na sua bandeira "liberdade mesmo que tardia" é um Estado que não tem liberdade, que comprou a imprensa, que comprou a Justiça. A Justiça está a serviço do governo, o Ministério Público está a serviço do governo. Qual é a manifestação do Ministério Público referente à greve que vimos até agora? Não se manifesta porque o governo disse que não se pode manifestar. A Justiça disse que a greve é ilegal para atender aos caprichos do governo, mas não mostrou o motivo da greve.

Neste momento, precisamos estar solidários e juntos nessa greve, principalmente no desfecho. Os professores não podem sair dessa greve de cabeça baixa, não podem sair desse movimento sem uma conversa clara com o governo. Para isso é preciso enfrentarmos. Temos de manipular, discutir, sem medo de retaliação.

O movimento grevista tem isto: começamos, mas temos de saber quando terminar. E sabemos como terminará. Terminaremos fazendo pressão neste governo, dizendo ao Prof. Anastasia, que até anteontem era o gerente do Estado, mas hoje é o Governador, que ele tem de saber que as professoras estão em greve e que estão malsatisfeitas, até pela ausência da conversa, que é o que tem incomodado a todos nós. Ausência de informação pela imprensa do movimento grevista e falta de diálogo com a categoria. Temos de modificar isso. Digo isso porque os jornais desta semana mostram o que é este governo. O Estado de Minas Gerais é o último ou o penúltimo Estado que menos investe na saúde - os documentos mostram isso. Inventam para a população, e vocês sabem disso, que Minas Gerais não tem problema de segurança pública, que a segurança pública de Minas Gerais está resolvida.

"Minas Mais Violenta: homicídio aumenta em cinco das nove regiões da Capital." Todos os jornais mostram isso, mas a imprensa, de vez em quando, diz que esses dados diminuíram. Queríamos realmente que eles diminuíssem, pois queremos segurança para todos nós. O governo põe na mídia, na grande imprensa, que diminuiu a violência no Estado de Minas Gerais. Com esse movimento de greve, Sr. Presidente...

Aqui está dito que crimes crescem nas cidades do interior. Querem ver o absurdo que está acontecendo neste governo? Em Papagaios, no Oeste de Minas, cidade de 14 mil habitantes, a 14ª cidade mais violenta de Minas Gerais, o governo do Estado de Minas, com uma canetada, fechou a delegacia da Polícia Civil, recolheu tudo e levou para Pará de Minas, sede da regional. Fiz uma manifestação, tentando falar com a Secretaria por 15 dias, mas não conseguia. Fiz aqui um desabafo ao microfone e, após 10 minutos, o Secretário me ligou dizendo que tinha um planejamento para janeiro. Eu lhe disse que janeiro estava muito longe, que faltavam seis meses, que Papagaios era um absurdo de violenta. Ao dialogar com ele, em determinado momento, disse-me que não sabia que a delegacia tinha sido fechada. Ai eu lhe disse que esse fato para mim era muito mais grave que a delegacia ter sido fechada. Um Chefe de Polícia Civil, um Secretário de Defesa Social, dizer que não sabia que uma delegacia de polícia tinha sido fechada! Isso é para verem o que está acontecendo em Minas Gerais, para mostrar que Minas Gerais está sendo gerenciada por pessoas de fora. O governo investe milhões e milhões de reais em consultorias de pessoas que não são de Minas Gerais, não conhecem o nosso Estado. Vou dizer com muita clareza: não conhecem nem o governo para o qual prestam serviço. É isso o que está acontecendo.

Em relação à educação, volto a dizer que as pessoas que estão articulando, que fazem essa quantidade de cursos, quantidade de não sei mais,

que criam adicional, não conhecem Minas Gerais, não conhecem a educação deste Estado. Há dinheiro para fazer cursos todo dia, para gastar com hotéis e fazer despesas que não levam a nada, não melhoram em nada a educação de Minas Gerais. Também há dinheiro para se construir uma cidade administrativa, mas não se discute com a área da educação para mostrar o que tem de ser feito. Estou aqui há 20 anos e sempre ouço essa discussão, que sempre termina sem solução. Então, essa greve é importante, até porque estamos às vésperas de uma eleição, que será daqui a cinco meses. Tenho dito aos candidatos à eleição, aliás disse ao nosso candidato, Ministro Hélio Costa, que cuide da educação antes de vencer a eleição e tomar posse, para procurar saber o que está acontecendo. Para isso não é preciso discutir com os técnicos e os consultores da Secretaria de Fazenda, mas, sim, com os professores, com as Diretoras de escolas, com a superintendência. Ai, sim, haverá embasamento para fazer a mudança que todos queremos. Disse isso a ele com muita clareza. Não dá mais para usar a educação apenas como bandeira política, dizer que a educação é o mais importante e que é priorizada. Na realidade, nenhum político que assume o Executivo prioriza a educação. O que existe é muita discussão e pouca solução. Então, essa discussão está acontecendo num momento oportuno. Essa greve terá um lado positivo: cobrar daqueles que vão assumir o governo que tenham responsabilidade e compromisso de modificar a remuneração dos professores. Quem vê a folha de pagamento de um professor fica revoltado. Estava com duas, mas, infelizmente, deixei em meu carro. Gostaria de mostrar a vocês o pagamento de uma professora que ganha R\$500,69, com 22 anos de magistério. E ainda dizem que é o piso remuneratório, o piso salarial. O governo precisa parar de inventar, como o adicional de desempenho, adicional não sei de quê, abono não sei de quê. Isso não adianta, é uma forma de enganar a classe do funcionalismo público. Numa folha de pagamento, há 12 itens para complementar a remuneração dos funcionários. Precisamos mudar isso, porque somos contra.

Quero dizer às professoras que nos estão ouvindo: essa greve não pode terminar de qualquer forma. Vamos enfrentar a ditadura do medo e da ameaça. Deixem ameaçar. Vamos enfrentar e ver o que vai acontecer. Sabemos que é difícil enfrentar governo, mas temos de fazer isso. Para termos a liberdade de imprensa, que não existe em Minas Gerais, enfrentamos por várias vezes as baionetas, os porretes do governo, os cassetetes e o gás lacrimogêneo, que era muito usado na época. Tínhamos de enfrentar tudo isso, porque numa determinada hora a resistência tinha de vencer. Quando se faz resistência e se sai do processo na primeira ameaça, é uma forma de fracasso. Não há vitória sem luta, há vitórias sangrentas, não quanto a machucar alguém, porque violência não resolve nada, mas o sangramento da dor no coração ao ver as nossas coisas perdidas. Esse é o movimento que fazemos. Gostaria que estivéssemos, neste momento, juntos para enfrentar a ditadura que se instalou no Estado de Minas Gerais, em que o governo amordaçou a imprensa. Temos a censura da imprensa, com a Justiça fazendo o que o governo manda e o Ministério Público calando-se. A Polícia Militar está lá fora, de plantão, para enfrentar os grevistas e bater, como fizeram na última greve no Centro Administrativo. Quero dizer a vocês da nossa solidariedade, da nossa preocupação de estarmos juntos. Não precisam ter medo nem ficar preocupados, não há vitória sem luta, sem resistência. Vamos resistir. Vamos acabar com a ditadura que se implantou em Minas Gerais, para que um dia possamos dizer o que sempre tenho dito nesses movimentos: "Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós".

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 24/5/10, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.401, de 16/7/07, 2.468, de 23/11/09 e 2.473, de 21/12/09, assinou o seguinte ato:

designando Fernando Jorge Barreto para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2010

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 15/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 10/6/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de peças para manutenção de equipamentos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 22/5/2010, pág. 54, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro", onde se lê:

"Nilciane Matozinhos Munhos de Souza", leia-se:

"Nilciane Matozinhos Munhós".

